DIÁRIO OFFICIAL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXXIV—7º DA REPUBLICA—N. 126

CAPITAL FEDERAL

SABBADO 11 DE MAIO DE 1895

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decreto de 10 do corrente e sob proposta do Supremo Tribunal Federal, foi nomeado o Dr. Antonio José Pinto, para o lugar de juiz de secção no estado do Amazonas.

Por decretos de 2 do corrente, foram nomeados para a guarda nacional:

ESTADO DA BAHIA

Comarca da Feira de Sant'Anna

Commando superior

Estado-maior—Tenente-coronel chefe do estado-maior, Napoleão Freire de Lima; Major ajudante de ordens, Dr. Symphonio Olympio da Costa; Major quartel-mestre geral, Sabino Muniz Fiúza.

42º batalhão de infantaria

Estado-maior—Major-fiscal, Cicero Carneiro da Silva; Capitão-ajudante, João de Deus Alves Moreira; Tenente-secretario, Antonio Moreira Duarte; Tenente quartel-mestre, Joaquim de Oliveira Lopes; Capitão-cirurgião, Amerino Simões Ferreira.

41º batalhão de infantaria

Estado-maior—Major-fiscal, João José de Abreu; Capitão-cirurgião, Antonio Cacellar Guimarães; Capitão-ajudante, Manoel Portugal dos Santos; Tenente-secretario, João Simões Ferreira; Tenente quartel-mestre, Gabriel Archanjo de Carvalho.

43º batalhão de infantaria

Estado-maior—Major-fiscal, Justino Martins de Almeida; Capitão-ajudante, Virgilio Fiúza Barreto; Tenente secretario, Manoel Bernardo da Costa; Tenente quartel-mestre, Joaquim Thimotheo Damasceno; Capitão-cirurgião, Firmino Ribeiro de Oliveira.

44º batalhão de infantaria

Estado-maior—Capitão-ajudante, Appiano Ambrosio de Figueiredo; Tenente quartel-mestre, Melchíades Vaz da Costa.

1ª companhia—Capitão, Joaquim Carneiro da Silva; Tenente, Theodomiro Rodrigues Mascarenhas; Alferes, Aurelio Rodrigues Mascarenhas. 2ª companhia—Capitão, o tenente Cornelio Moreira da Silva Carneiro; Tenente, o alferes Jayme Moreira da Silva Carneiro; Alferes, João Carneiro de Miranda. 3ª companhia—Capitão, Victoriano Lopes da Silva;

Alferes, Jovinião Carneiro de Oliveira Bacellar.

4ª companhia—Capitão, Jeronymo Ribeiro Lima; Tenentes, José Cordeiro de Almeida Sobrinho e João Daniel Lopes; Alferes, José Ferreira de Oliveira e Rufino Ferreira da Silva.

199º batalhão de infantaria

Estado-maior—Tenente-coronel, João Manoel de São Boaventura; Major-fiscal, José Antonio Guimarães; Capitão-ajudante, Domingos José de Souza; Tenente-secretario, Ernesto Evaristo Bacellar; Tenente quartel-mestre, Militão Gonçalves dos Reis; Capitão-cirurgião, o pharmaceutico José Alves Boaventura.

200º batalhão de infantaria

Estado-maior—Tenente-coronel commandante, José Miguel de Lima; Major-fiscal, Alfredo Carneiro da Silva; Capitão-ajudante, Innocencio Ribeiro Nunes; Tenente-secretario, João Cyriaco de Cerqueira; Tenente quartel-mestre, Hermelino Nunes de Cerqueira; Capitão-cirurgião, João Muniz Fiúza.

201º batalhão de infantaria

Estado-maior—Tenente-coronel commandante, Manoel Bartholomeu de Freitas; Major-fiscal, Rozeno de Oliveira Lopes; Capitão-ajudante, Aurelio Ferreira de Oliveira; Tenente secretario, Cyrillo Moreira da Silva Carneiro; Tenente quartel-mestre, José Moreira da Silva Carneiro; Capitão-cirurgião, Salustiano José de Farias.

202º batalhão de infantaria

Estado-maior—Tenente-coronel commandante, Bernardino Alves Barreiros; Major-fiscal, Silverio dos Santos Ramos; Capitão-ajudante, Francisco Guilherme de Santa Anna Lima; Tenente-secretario, Francisco de Santa Lima; Tenente quartel-mestre, Tranquilino de Santa Anna Lima; Capitão-cirurgião, Zaferrino José Pereira de Souza.

12º batalhão da reserva

Estado-maior—Capitão-ajudante, Rozendo de Oliveira Lopes Filho; Tenente secretario, João Mendes da Costa; Tenente quartel-mestre, Galdino de Araujo Dantas; Capitão-cirurgião, Symphonio Olympio de Miranda.

70º batalhão da reserva

Estado-maior—Tenente-coronel commandante, Tito Ruy Bacellar; Major-fiscal, Leolino dos Santos Ramos; Capitão-ajudante, Graçiliano Ferreira da Silva Carneiro; Tenente-secretario, Manoel Cordeiro de Almeida Pinto; Tenente quartel-mestre, Juvencio Ferreira de Oliveira; Capitão-cirurgião, José Cordeiro de Almeida Pinto.

54º regimento de cavallaria

Estado-maior—Tenente-coronel commandante, Joaquim Ferreira de Moraes; Major-fiscal, Hermelino Manoel dos Santos Victal; Capitão-ajudante, Antonio Santiago Carneiro; Tenente-secretario, João Carneiro Victal; Tenente quartel-mestre, Martinho Joaquim Lopes; Capitão-cirurgião, Joaquim Sergio Pereira Brandão.

55º regimento de cavallaria

Estado-maior—Tenente-coronel commandante, José Antunes Guimarães; Major-fiscal, Manoel Hyppolito de Cerqueira; Capitão-ajudante, Antonio Pinto de Oliveira; Tenente-secretario, Francisco da Silva Menezes; Tenente-quartel-mestre, Silverio Macario de Uzêda; Capitão-cirurgião, José Maria Americo de Brito.

—Por outros de 6 do corrente:

Foram nomeados para a guarda nacional:

ESTADO DA BAHIA

Comarca da Feira de Sant'Anna

42º batalhão de infantaria

Tenente-coronel-commandante, o major Manoel Ferreira Peixinho.

12º batalhão da reserva

Tenente-coronel commandante, José Pedro de São João.

Estado-maior—Major-fiscal, Cesar Ribeiro do Corqueira.

—Foi mandado aggregar ao estado-maior da guarda nacional da comarca da Feira de Santa Anna, no estado da Bahia, o major ajudante de ordens José Martins de Almeida, e aos dos batalhões de infantaria e da reserva ns. 42 e 12º, da mesma guarda, na referida comarca, os tenentes-coroneis Antonio Alves de Freitas e Manoel Ribeiro de Macedo.

—Por outros de 9 do corrente:

Foram nomeados para a guarda nacional:

ESTADO DE S. PAULO

Comarca de Santos

Commando superior

Chefe do estado-maior, o tenente-coronel commandante do 192º batalhão de infantaria, José Lopes dos Santos.

192º batalhão de infantaria

Estado-maior—Tenente-coronel commandante, o major-fiscal Julio Mauricio da Silva.

ESTADO DO PIAUHY

Comarca de Parnaguá

8º corpo de cavallaria

Estado-maior—Major-fiscal, o cidadão Virgilio Fabio Lustosa.

—Foi reformado, no mesmo posto, o coronel commandante-superior da guarda nacional da comarca do Turvo, no estado de Minas Geraes, Antonio Francisco de Souza Andrade.

—Foi concedida a exoneração que pediu o bacharel João Pereira de Castro Pinto do lugar de procurador seccional da Republica no estado da Parahyba.

—Foi nomeado o bacharel Miguel de Santa Cruz Oliveira, para o referido lugar de procurador seccional da Republica no estado da Parahyba.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 9 do corrente:

Foram transferidos:

Para o corpo de estado maior de 1ª classe, do exercito, de conformidade com o disposto no artigo 8º do decreto n. 1351 de 7 de fevereiro de 1891, o capitão do corpo de estado maior de artilharia Antonio Fróes de Castro Meneses;

Para o 3º esquadrão do 8º regimento de cavallaria o capitão do 4º esquadrão do 14º da mesma arma Henrique de Amorim Bezerra e deste para aquelle regimento o capitão Guilherme Augusto da Silva;

Para a 2ª classe do exercito, de accordo com o disposto no motivo 2º do artigo 2º § 1º do decreto n. 260 de 1 de dezembro de 1841, ficando aggregado á arma a que pertence, o capitão do 14º regimento de cavallaria Manoel Feliciano Latislão dos Santos visto achar-se ha mais de um anno impossibilitado no serviço do mesmo exercito.

De exercicio no 3º regimento de artilharia, os capitães João Baptista Vellasco e Victor Eduardo Rosgani, este ajudante e aquelle commandante da 4ª bateria;

Foi acceita a desistencia que fez Alberto José Raymundo das honras do posto de alferes do exercito, que lhe foram conferidas por decreto de 10 de novembro do anno proximo passado, afim de poder verificar praça no mesmo exercito, conforme pediu.

—Por outro de 10 do corrente, declarou-se sem effeito o de 6 de novembro de 1891 na parte que confere as honras do posto de alferes do exercito a Luiz de Almeida Freitas, conforme pediu, afim de verificar praça no mesmo exercito.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Industria

Por decretos de 9 do corrente:

Foram promovidos:

Na Administração dos Correios do estado de Pernambuco, percebendo os vencimentos que lhes competirem:

A chefe de secção, o 1º official Antonio Augusto de Oliveira Quintal;

1º official, o 2º, Godofredo de Abreu Lima;

A 2º, o 3º official Gabriel Barbosa da Silva;

A 1º official da Administração dos Correios do Maranhão, o 2º official da mesma administração Leopoldo José da Silva Tavares, com os vencimentos que lhe competirem.

—Foi nomeado o cidadão João Ferreira Leite para o lugar de thesoureiro da Administração dos Correios do Paraná, percebendo os vencimentos que lhe competirem.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Directoria Geral da Justiça

Por portarias de 10 do corrente:

Foi exonerado, a pedido, do cargo de interno interno do hospital da brigada policial desta capital, o cidadão Paula Souza.

Foi nomeado o 4º annista de medicina Francisco da Costa Ribeiro para exercer o lugar de interno do hospital da brigada policial desta capital.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores —Directoria Geral da Justiça—1ª secção—Capital Federal, 10 do maio de 1895.

Sr. Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas—Em resposta ao aviso de 15 de abril proximo passado em que, referindo-vos ao que tive ensejo de declarar-vos em data de 3 do mesmo mez, solicitastes ser elucidada a questão das multas do art. 25, § 3º, segunda parte do decreto n. 2163 de 1 de maio de 1858, quanto á autoridade competente para impo-las, cumpre-me significar-vos que, vigorando ainda as alludidas multas conforme opinei no avi-o de 3 de abril ultimo, baseando-me no facto de não haver sido revogada por qualquer outra a citada disposição, é applicavel o mesmo principio em materia de competencia, e assim subsiste para este effeito a commissão composta segundo os preceitos dos arts. 27 e 30 do mesmo decreto modificado somente na parte relativa ás autoridades e funcionarios que foram substituidos por outros em virtude da legislação posterior, mórmente por força do decreto n. 528, de 28 de junho de 1890.

Saude e fraternalidade.—Gonçalves Ferreira.

INSTITUTO SANITARIO FEDERAL

Requerimentos despachados

E. Charles Vautel & Comp. procuradores dos Srs. Rigaud e Chapoteaut, pedindo licença para exporem á venda os preparatos Vin et Sirop de Phosphoglycerate de chaux de Chapoteaut—Indeferido.

Pharmaceutico Vicente José de Brito Junior, pedindo baixa da responsabilidade da pharmacia da rua da Ajuda n. 69.—Deferido, dando-se conhecimento ao pharmaceutico Rangel.

Florindo Ayres, pedindo prorogação do prazo para apresentar pharmaceutico responsavel por sua Pharmacia—Deferido.

Pharmaceutico João Dias de Freitas, pedindo licença para dirigir a Pharmacia Mendes sita á rua do Riachuelo n. 219.—Deferido passe-se a licença.

A EPIDEMIA DE CHOLERA-MORBUS (1894—1895)

RELATORIO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELA COMMISSÃO SANITARIA FEDERAL, APRESENTADO AO EXM. SR. DR. FRANCISCO DE CASTRO, DIRECTOR GERAL DO INSTITUTO SANITARIO FEDERAL, PELO DR. A. A. DE AZEVEDO SODRÉ, CHEFE DA COMMISSÃO SANITARIA FEDERAL, PROFESSOR DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO, ETC., ETC.

Sr. director—Antes de iniciar a narrativa dos trabalhos effectuados pela commissão sanitaria federal, a que tive a honra de presidir, e dos episodios mais interessantes occorridos no decurso delles, peço-vos venia para—a titulo de introdução—dizer algumas palavras justificativas da organização da mesma commissão e da orientação que julguei dever imprimir a este relatorio. Permittir-me-heis, outrossim, que—valendo-me do ensejo—interrompa por vezes a narrativa para enxertar-a com alguns conceitos e ligeiros comentarios suggeridos pelos factos que observei.

Em meados de novembro ultimo, começavam a circular nesta cidade noticias alarmantes relativas ao apparecimento, em localidades ribeirinhas do Parahyba, de uma molestia contagiosa, terminando-se a maioria dos casos pela morte e caracterisando-se clinicamente pelo syndroma choleric. Iazia-se mesmo que alguns medicos tinham-na capitulado *cholera-asiatico*, o que bastou para que um certo pânico se estabelecesse nos pontos atacados, occasionando a retirada de muitas pessoas.

Occorrem os primeiros casos no povoado de Cachoeira, no estado de S. Paulo, junto á estação do mesmo nome da Estrada de Ferro Central do Brazil; dahi foi a molestia levada para Cruzeiro e Queluz, no mesmo estado, e para Rezende, Remédios e Volta Redonda, no

estado do Rio de Janeiro. Os primeiros individuos acommettidos eram empregados da Estrada de Ferro, o que acarretou serias perturbações no serviço de ta importante ferro-via, já pelo claro aberto nas fileiras do seu pessoal, já pelo pânico que nellas se estabeleceu.

O digno ex-director desta estrada, coronel Vespasiano, com louvavel solicitude, seguiu em viagem de inspecção aos logares atacados, em companhia de seus auxiliares technicos e de medicos, levando appparelhos de desinfecção, medicamentos e desinfectantes.

De volta, transmittiu elle a S. Ex. o Sr. Presidente da Republica a impressão pessoal que colhera e a opinião dos medicos que o acompanharam, declarando tratar-se do *cholera asiatico* e instando pela suspensão do trafego no ramal de S. Paulo, medida que considerava necessaria para impedir a disseminação da molestia, e que se impunha, visto como o pessoal da estrada, nos pontos acommettidos, recusava-se a permanecer no trabalho.

Foi suspenso o trafego naquelle ramal da Estrada de Ferro Central do Brazil, e o Sr. ministro do interior, desejando formar juizo seguro sobre a molestia que dizimava as populações ribeirinhas do Parahyba, entre Cachoeira e Volta-Redonda, pediu a opinião do Instituto Sanitario Federal.

Foi então que, impossibilitado de ir pessoalmente colher o da dos com que pudesse esclarecer o governo e orientar-o para procedimento ulterior, delegastes em mim esta tarefa, seguramente uma das mais honrosas que me tem cabido na minha vida profissional.

Na manhã de 23 de novembro partimos eu e o meu illustre collega Dr. F. Fajardo, que fôra commissionado por vós para fazer o estudo bacteriologico da molestia em questão.

Chegados a Barra Mansa soubemos que ali se achava o illustre Dr. Francisco Tavares, director da Assistencia Publica do estado do Rio de Janeiro, que pressurosamente acudira ao reclamo de seus delegados e viera dirigir o serviço de extincção da molestia.

Procupei ouvir a opinião de tão distincto collega, que me captivou pela gentileza com que prestou-se a fornecer-me todas as informações desejadas, descendo a minuciosidades que muito interessavam-me.

Disso-me estar convencido de que se tratava do *cholera asiatico*; referiu-me a historia clinica de alguns doentes que observara; narrou-me o modo pelo qual a molestia fizera irrupção no estado do Rio e como se propagara de Remédios, primeiro ponto atacado, a Rezende e Volta Redonda; informou-me, finalmente, sobre as providencias que tomara, tentantes a impedir a disseminação do mal e a assistir convenientemente os atacados desprovidos de recursos.

Da exposição clara e succinta que me fez o Dr. F. Tavares, floou-me a impressão de que se tratava de uma molestia, caracterizada clinica-mente pelo syndroma choleric, de grande letalidade, transmittindo-se por contagio e com fraco poder de diffusão.

Na estação da Divisa foi-nos dado o prazer de conversar com os Drs. Valia Durão e F. Rotello, distinctos auxiliares do Dr. Tavares, os quaes confirmaram o diagnostico de *cholera asiatico*.

Em Queluz encontramos o Dr. Bourroul, inspector sanitario do estado de S. Paulo e o Dr. Emygdio Novaes, medico da localidade. Tivemos ahi occasião de observar os dous primeiros casos. Referia-se um d'elles a uma parda de 30 annos presumiveis, com cinco dias de molestia e que—no dizer do Dr. Novaes, medico assistente—apresentara o syndroma choleric; na occasião em que a vimos tinham cessado os vomitos e dejeções, a temperatura axillar sendo de 37,7; fallava sem difficuldade, queixando-se de profundo abatimento. Residia á margem do Parahyba em uma choupana onde na vespera de adoeecer fallecera um individuo victimado pela molestia reinante.

Em uma outra choupana, distante uns 50 metros, observámos o segundo caso; era um trabalhador da estrada de ferro, que infor-

maram-nos ser um homem forte e vigoroso; cahiu na vespera com caimbras fortíssimas, vomitos e dejectões muito frequentes; encontramos-o em estado lastimavel: face hypocrática; olhos encovados, adynamia profunda, algidez pronunciada, cyanose, soluços, aphonía, supressão da secreção urinaria, enfraquecimento da energia cardiaca, pulso imperceptível na radial.

Formulámos um prognostico fatal, e dispuzemo-nos a autopsiar o cadaver no dia seguinte, caso se confirmasse o nosso juizo.

Depois desta visita seguimos para Cruzeiro, onde encontramos o Dr. Silva Pinto, director do serviço sanitario do estado de S. Paulo, o Dr. Adolpho Lutz, chefe do Laboratorio de Bacteriologia, e o Dr. Diogo de Faria, chefe do serviço de desinfecções do mesmo estado, os quaes tinham vindo estudar a molestia reinante e fazer executar as providencias que se tornassem necessarias.

Com a maior anciedade procurámos ouvir a opinião de tão abalisados collegas; o Dr. Silva Pinto com toda a amabilidade prestou-se a fornecer-nos esclarecimentos sobre os casos de Cachoeira e Cruzeiro; ainda não tinha feito juizo seguro sobre o diagnostico, inclinando-se todavia a acreditar que se tratava de *cholera asiatico*.

O Dr. Adolpho Lutz informou-me que tinha realisado diversos ensaios bacteriologicos, sem conseguir resultados positivos; encontrara bacillos encurvados, não apresentando as reacções caracteristicas do *komma-bacillo* de Koch.

No dia seguinte voltámos a Rezende, onde tivemos occasião de visitar o pequeno hospital que ahi era mantido pela municipalidade para o tratamento dos affectados da epidemia reinante, e cuja direcção clinica estava confiada ao Dr. Hilario Figueira.

Encontrámos no hospital sete doentes, dos quaes dous invalidos, nada tendo apresentado que justificasse a sua permanencia naquello meio; dos cinco doentes restantes tres estavam em franca convalescença e dous gravemente affectados.

Eram duas mulheres pardas, moças ainda, tendo uma dous dias de molestia e a outra tres e apresentando o syndroma cholericum em toda a sua pujança; em ambas a temperatura axillar não excedia de 35 grãos; os vomitos tinham cessado, continuando, porém, as caimbras e as dejectões com o caracter riziforme; em uma dellas a aphonía era quasi completa; em ambas o pulso radial era imperceptível; apresentavam, além disso, anuria, perda da elasticidade cutanea, engelhamento pronunciado da polle das mãos, cyanose, olhos encovados, emagrecimento rapido e profundo abatimento. O diagnostico feito pelo medico do hospital era *cholera-morbus*.

Voltámos a Queluz neste mesmo dia, a fim de autopsiarmos o cadaver do doente que vimos ahi na vespera e que, segundo nos informaram, fallecera ao amanhecer desse dia.

A autopsia foi magistralmente feita pelo nosso distincto collega Lutz, auxiliado por nós.

Eis em resumo os seus resultados: emaciação pronunciada, ventre retrahido, escovado, olhos encovados, enrugamento da pelle nas extremidades, cyanose; figado e bazo com dimensões normaes, sem alterações macroscopicas dignas de menção; rins pequenos, aparentemente saos, notando-se apenas descolorimento do cortical com pronunciada congestão dos glomerulos; ausencia de liquido nas cavidades serosas e de urina na bexiga; a superficie externa do intestino delgado apresentava uma coloração rosea *hortensia*; grosso intestino e estomago de cor normal; ausencia de materias feccas no tubo intestinal; presença no estomago e intestino de um liquido seroso com floccos mucosos incolores; junto ás paredes internas do grosso intestino encontrava-se uma camada de materia cremosa, pardacenta, que raspada deixava ver a mucosa de coloração rosea; intumescimento dos folliculos solitarios do colon; tumefacção geral dos ganglios mesentericos.

Foram conservados para exames bacteriologicos e histologicos pedaços de visceras e uma

certa quantidade do conteúdo intestinal. Já em Rezende tinham sido guardadas com as precisas cautelas as fezes riziformes das duas doentes que observámos no hospital.

Os Drs. Lutz e Fajardo tentaram verificar a presença do bacillo de Koch nas fezes pelo exame directo, que lhes deu na occasião resultados negativos.

Fizemos minuciosas indagações a respeito dos primeiros doentes accommettidos para ver si nos era possivel descobrir a origem do mal; nada de positivo nos foi dado averiguar neste sentido. O primeiro caso observado referia-se a um guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brazil, na estação da Cachoeira, o qual enfermou ás 10 horas da noite do dia 5 de novembro e falleceu no dia seguinte ás 3 1/2 horas da tarde.

No dia 8 de novembro adoeceu uma filha deste empregado, vindo a fallecer dous dias depois; no dia 9 adoeceu um vizinho dos precedentes, fallecendo nove horas depois.

Dahi por decaute a molestia se foi propagando, podendo-se estabelecer positivamente para quasi todos os novos accommetimentos uma relação de contagio.

No entanto —segundo as informações que então colhi — o primeiro doente, o guardá-chaves, nunca sahira da Cachoeira, nem estivera ahi em contacto com pessoa alguma affectada do mal.

De posse de todos estes dados, voltámos para o Rio de Janeiro no dia 25 de novembro, e eu tive então ensejo de submettel-os á vossa esclarecida apreciação, dizendo-vos qual a minha impressão a respeito. Do que pude observar *de visu* e conhecer por informações prestadas por profissionais dignos do melhor conceito, como sejam os Drs. Silva Pinto, Francisco Tavares, Adolpho Lutz, F. Botelho, Valia Durão, Burroul, Novaes, Bernardes de Gouveia, etc., colli o seguinte:

1.º Trata-se de uma molestia caracterizada clinicamente por diarrhéa, algumas vezes com o caracter riziforme, vomitos, caimbras, soluço, cyanose, algidez, perda da elasticidade da pelle, emagrecimento rapido, profundo abatimento, enfraquecimento do coração, diminuição e supressão da secreção urinaria, aphonía, etc., emfim o que chamamos *syndroma cholericum*, que em todos os doentes cessava dando lugar a um periodo de reacção no qual por vezes notava-se o *syndroma typhoide*.

2.º Que esta molestia tem por substrato anatomo-pathologico as lesões que se encontram no *cholera-morbus* e nos casos graves do *cholera nostras* e de algumas das mal definidas diarrhéas sezonarias. (Está bem visto que me refiro tão sómente ás lesões macroscopicas.)

3.º Que a molestia iniciou-se na Cachoeira disseminando-se por contagio manifesto de individuo a individuo e adquiriu em pouco tempo um certa expansão epidemica, propagando-se a localidades distantes (Cruzeiro, Queluz, Rezende, Remedios e Volta Redonda), seguindo as margens das estradas de rodagem e da ferro-via, notando-se que em quasi todos estes novos focos creados a molestia se iniciava em individuos vindos de zona onde haviam doentes ou tendo recebido objectos contaminados.

4.º Que a mortalidade geral podia ser então avaliada em 45 % dos atacados.

Deante destas premissas eu só poderia chegar á conclusão de que a molestia reinante no valle do Paralyba era o *cholera-morbus*.

De facto, no quadro nosologico só encontro uma molestia caracterisando-se clinica e anatomo-pathologicamente pelos symptomas e lesões que enumerei, adquirindo em pouco tempo uma certa expansão epidemica, transmittindo-se por contagio e terminando-se fatalmente em 45 por cento dos casos; esta molestia é o *cholera-morbus*.

Dous elementos dignos da maior ponderação depunham todavia contra este diagnostico: — a origem desconhecida do mal e os resultados até então negativos do exame bacteriologico. Não sou daquelles que, como Peter, Guérin e tantos outros, admittem a espontaneidade do cholera, mas tambem

afasto-me do exaggero de Fauvel, que até morrer negou ser de cholera a epidemia que em 1884 desenvolveu-se em Toulon, só porque não se pôde demonstrar a importação.

A historia chronologica das epidemias cholericas registra factos numerosos relativos ao apparecimento da molestia em cidades, sem que até hoje se pudessem estabelecer de modo preciso a sua origem por importação. Ninguem sabe ainda, por exemplo, qual a origem do cholera de 1893 em Constantinopla.

O facto, pois, de não achar-me por quanto habilitado para dizer-vos qual a origem do mal não pôde absolutamente invalidar o diagnostico do *cholera asiatico*; indicará quando muito que as indagações feitas neste sentido foram deficientes, ou que não foi o guarda-chaves o primeiro affectado, tendo antes delle sido accommettidos pelo mal outros juntos aos quaes as indagações seriam talvez mais proficuas.

Sou o primeiro a reconhecer a importancia que cabe ao exame bacteriologico como elemento de diagnostico do *cholera-asiatico*. Melhor do que eu sabeis que a descoberta de Roberto Koch, muito contestada a principio, quasi universalmente sancionada depois, tem nestes ultimos tempos sido impugnada por alguns investigadores: apezar disso, porém, a grande maioria dos clinicos e bacteriologistas, a quasi totalidade dos higienistas de todos os paizes adiantados, acreditam e sustentam que o cholera é uma função do *komma bacillo* de Koch. Por seu lado, a pratica tem verifica-lo e confirmado todas as deducções tiradas pelo celebre investigador allemão do estudo das propriedades biologicas do seu bacillo.

Não ha negar que em caso de duvida nenhum elemento tem mais valor na diagnosis do cholera do que o fornecido pela analyse bacteriologica. Nos primeiros casos que iniciam uma epidemia, mórmente si não for bem averiguada a origem por importação, ou quando a molestia reveste-se de um cunho irregular, apresentando formas clinicas frustas e apagadas, não tem-lo sido possivel estabelecer de modo preciso os meios de transmissão, o ensaio bacteriologico impõe-se então como recurso extremo e indispensavel para o diagnostico.

Para o caso vertente, porém, nenhuma destas hypotheses tem applicação: — A perfeita caracterisação clinica e anatomo-pathologica; a transmissão por contagio manifesto; a expansão epidemica seguindo as correntes humanas, manifestando-se o mal nas margens das estradas de rodagem e da ferro-via e constituindo focos sempre que encontrava um nucleo de população um pouco mais denso; finalmente a exaggerada lethalidade são elementos preciosos de diagnose, que dispensam qualquer outra sanção.

Os resultados negativos fornecidos pelos primeiros ensaios bacteriologicos explicam-se facilmente pelas condições excepcionaes em que foram feitos. Não dispozo os investigadores do tempo e aparelhos precisos, limitaram-se ao exame directo das fezes; encontraram grande numero de microorganismos, muitos encurvados e em fórma de virgula; mas, com a competencia e escriptulo que todos nós lhes reconhecemos, não podiam elles, firmados apenas neste exame, negar ou affirmar a existencia do *cholera asiatico*. Appellaram para estudos e investigações ultteriores, cujos resultados confirmaram brillantemente o diagnostico clinico.

O que ahi fica escripto é mais ou menos a reproducção fiel do que verbalmente vos expuz, de volta da honrosa commissão com que me distinguistes. Acredito que os elementos sobre os quaes assentei o meu juizo calaram em vosso espirito, porquanto no dia seguinte, 26 de novembro, communicastes-me que o governo resolvera pôr em pratica providencias de defesa, no intuito de resguardar a Capital Federal e impedir que a molestia se disseminasse pelos estados do Rio, Minas e S. Paulo, e que incumbira deste serviço o Instituto Sanitario Federal.

Na grave emergencia que atravessamos, outro não podia ser o procedimento do governo, para o qual todos os louvores são poucos. A molestia tinha invadido dous estados, ameaçando um terceiro e o Districto Federal; a municipalidade deste districto, á qual compete por disposição expressa de lei a execução de providencias hygienicas para impedir a importação e disseminação de molestias transmissiveis, não dera até então um passo sequer para evitar a contaminação desta cidade.

E, no emtanto, segundo os ultimos telegrammas, a molestia tinha irrompido na Barra do Pirahy, que dista desta capital apenas tres horas de viagem. A interrupção do trafego da Estrada de Ferro não impediria, por um lado, o exodo da população dos pontos atacados; por outro lado, accarretaria grandes prejuizos para os cofres publicos, tendo por sobre tudo o grande inconveniente de impedir o abastecimento do generos de primeira necessidade aos tres grandes estados que os recebem da Capital Federal; seria a fome no fim de pouco tempo a correr parelhas com o cholera para o effeito commum da miseria e devastação das populações ruraes e urbanas do interior. Sobrecresce que da defeituosissima organização sanitaria do Brazil, permitindo que cada estado em materia de hygiene legisle como bem entender, que providencie ou deixe de fazer-o a seu bel prazer, só poderíamos esperar resultados incompletos sinão mesmos funestos.

Attendendo a tudo isso, em boa hora resolveu o governo confiar-vos a direcção geral das providencias que julgasseis opportuno executar.

Dêstes-me a subida honra de ouvir a minha opinião a respeito e, de commum accordo, concertamos em um plano de medidas que devia ser executado sem perda de tempo.

Até época não muito afastada da nossa, quando se intentava estabelecer um systema de defesa para obstar que o cholera contaminasse um ponto vizinho de outro inficionado, ligados ambos por estradas de ferro ou de rodagem, lançava-se mão de cordões sanitarios rigorosos, de lazaretos onde os viajantes purgavam quarentena mais ou menos longa e de postos de vigilancia e observação, disseminados ao longo dos caminhos de rodagem e nas estações da rede ferro-viaria. Esta pratica foi por vezes seguida na Italia, Russia, Alemanha, etc., e não são ainda volvidos muitos annos depois que Portugal a adoptou e fez executar com resultado proficuo, reinava o cholera na Andaluzia e Valencia em 1884 e começava a invadir outras provincias hespanholas, quando o governo portuguez confiou o serviço de defeza aos Drs. Cunha Belém e Guilherme Ennes. Um cordão sanitario rigoroso foi estabelecido na fronteira hespanhola de maneira a fechar-a completamente, e só deixando aberta a entrada por quatro pontos onde foram installados os lazaretos terrestres — o de Marvão, o de Valença, de Villar-Pormoso e o de Elvas.

Não podia perdurar em vosso espirito a idéa de um serviço quarentenario terrestre. Si, por um lado, as quarentenas tem a grande vantagem de garantir a não transmissão da molestia por aquelles que as purgaram, submettendo-os a uma inspecção efficaz durante cinco dias, isolando do prompto os acommettidos e desinfectando rigorosamente tudo quanto trazem consigo, inclusive a roupa do corpo; por outro lado, elles acarretam vexames e despezas para o publico, prejuizos ao commercio e reclamam vigilancia extraordinaria, quasi impossivel dentro do lazareto e nos cordões sanitarios, que são o seu complemento obrigado. Ora, todos nós sabemos quão difficil é garantir a efficacia desses cordões; em quasi toda a parte onde foram adoptados e estabelecidos provaram mal, constituindo não raros focos de infecção e entre nós outra cousa não era de esperar attendendo-se á grande extensão territorial e á escassez de força publicá. De resto, como já uma vez escrevi « o cholera temo muito mais o sublimado corrosivo do que as balas dos carabineiros ».

Para vir da Barra do Pirahy ao Rio de Janeiro a pé ou a cavallo gasta-se muito menos tempo do que o exigido pelo serviço quarentenario; parte do publico preferiria, portanto, illudir a vigilancia e romper o cordão, a permanecer cinco dias no lazareto. Accresce ainda, circumstancia ponderosa, que lazaretos não se improvisam; e, no caso ver-tente, considerando que em média transitam na Estrada de Ferro Central, do interior para a capital, 300 passageiros por dia, seria necessario um edificio que, além das condições banaes, pudesse accomodar para mais de 1.500 pessoas e permitir que nelle se isolassem entre si com as seguras garantias de completa incommunicabilidade, os quarentenarios dos diversos dias de quarentena.

Em 1893 a Italia poz em pratica, sob a direcção scientifica do professor Pagliani, um systema diverso de defeza, com o fim de prevenir-se contra a invasão do cholera que então reinava no meio-dia da França. Em todos os postos aduaneiros da fronteira alpina foram collocadas grandes tinas contendo soluções de sublimado corrosivo, onde deviam ser mergulhadas as roupas sujas trazidas pelos viajantes que de França destinavam-se ás provincias italianas.

Em tres estações por onde mais frequente se fazia o transitio de pessoas provenientes de pontos inficionados — Ventimiglia, Pontebbra e Udine — foram destacado; medicos com o fim de inspecionar os viajantes e communicavam pelo telegrapho sua partida á autoridade communal do ponto do destino, a qual deveria conservar-se de vigilancia durante tres dias consecutivos.

Este systema não obistou que o cholera penetrasse na Italia.

Mais efficaz e garantidor foi sem duvida o systema de defeza executado pela França, sob a direcção do professor Proust, na fronteira da Hespanha em 1890, quando o cholera devastava este ultimo paiz e ameaçava os departamentos francezes dos Pyrenéos.

Systema mais ou menos similliante a este foi o que resolvemos pôr em execução. Entre nós, impunha-se desde logo como necessidade urgente o imperiosa o restabelecimento do trafego da Estrada de Ferro Central e das outras que tinham-no suspenso: — a Minas and Rio, a Sapucahy, a União Valenciana, a Commercio e Rio das Flores e a Vassourense. Para isto fazia-se mister a installação de serviços de desinfecção em algumas estações das estradas de ferro, onde a bagagem dos passageiros e todos os objectos susceptiveis de contaminação pudessem ser rigorosamente desinfectados.

Combinámos desde logo a installação de tres estações sanitarias principaes, providas de estufas fixas de vapor sob presso de Geneste e Herscher, de pulverisadores a vapor e de mão, dos mesmos fabricantes, e de outros utensilios necessarios á desinfecção; seriam uma em Belém, dectinada a resguardar o Districto Federal, outra em Cachoeira para evitar que o mal se estendesse ao estado de S. Paul, e outra, finalmente, em Entre Rios, com o fim de proteger o estado de Minas. Além disso o serviço deveria ser organizado nestas estações em ordem a permitir que elles se auxiliassem mutuamente.

Para prevenir a hypothese de viajarem doentes ou dos passageiros trazerem a molestia em periodo de incubação, ficou assentado submeter todos os viajantes a uma inspecção medica, só permitindo a viagem aos apparentemente sãos e concedendo-se a estes um passa-portal sanitario, o qual seria visado no ponto de destino, onde o portador receberia em domicilio a visita de um medico nos quatro primeiros dias que se seguissem ao de sua chegada.

A creação de pequenos lazaretos juntos ás estações sanitarias tornava-se indispensavel para a reclusão dos suspeitos e tratamento daquelles, cuja molestia se declarasse em viagem.

Para a execução deste plano resolvestes organizar uma comissão de medicos, estu-dantes, desinfectadores, etc., e convidastes-me para, na qualidade de chefe, dirigir os tra-

balhos desta comissão. Relutei bastante antes do aceitar tão honrosa quão ardua tarefa; motivos poderosos pesavam em meu espirito no sentido de recusa; a sahida do Rio de Janeiro naquella occasião, traduzia-se para mim em grande sacrificio, sacrificio de cujo alcance bem podéis aquilatar. Tudo, porém, esqueci, deante da satisfação que experimentalmente prestando um serviço á minha patria e ao meu estado natal, e do dever que me corria de corresponder de alguma sorte á confiança illimitada que em mim depositaveis, confiança oriunda mais da bondade de vosso coração e da amizade que me consagrais do que de quaesquer merecimentos que por ventura eu possa ter.

Era a primeira vez que no Brazil se ia tentar a execução de um plano de defeza contra a disseminação do cholera, plano racional, scientifico, pouco ou quasi nã vexatorio para o publico, e de cuja efficacia eu estava plenamente convencido.

Ao aceitar o encargo que me destes, tinha no espirito a convicção de que, executado esse plano de defeza e completado pelas necessarias medidas de isolamento e desinfecção nas localidades contaminadas, dentro de pouco tempo o mal se extinguiria sem irromper na zona norte do estado do Rio, no Districto Federal, em S. Paulo, além Cachoeira, e em Minas. Para esse resultado em muito devia concorrer o caracter especial da molestia, que diffundia-se vagarosamente, devido á pouca densidade da população dos pontos inficionados e a outras causas sobre as quaes terei ainda de dizer. Nutria fundadas esperanças de ter commigo, no desempenho da espinhosa comissão, o apoio e boa vontade dos habitantes das zonas atacadas, da classe medica, da imprensa, de todos em fim que deviam comprehender o alcance das medidas postas em pratica. A occasião exigia que se calassem pequenos interesses particulares contrariados, e resentimentos pessoais, diante do interesse geral em jogo. Infelizmente minhas esperanças frustraram-se, não porque a comissão de que me orgulho de ter sido chefe procedesse sem a prudencia e correção precisas em tão grave emergencia; não porque provocasse atritos dignos de censura ou tivesse porventura comprometido os fóros scientificos da medicina brasileira; mas por motivos estranhos, motivos bem singulares, por vós do sobra conhecidos e que tão funda magua cavaram em meu coração que nem mesmo quero permitir á minha memoria a liberdade de lembral-os, afim de poupar-me o dissabor que com isto experimentarí.

Á opposição sem treagoas movida á comissão sanitaria federal, a contestação do diagnostico por parte de alguns medicos, um delles mesmo occupando elevada posição official na administração hygienica de um estado, exigem que por um momento me esqueça que dirijo-me a vós, para descer a certos iniquificas, o que seria realmente descabido e estranhavel, outras fossem as condições em que eu redigisse este relatório. Resolvi, pois, dar maior latitude á segunda parte delle, na qual me occupo do estudo da epidemia com respeito á sua origem e desenvolvimento, e tomol mesmo a liberdade de addicionar como annexos observações clinicas collidas em localidades diversas pelos meus auxiliares e as respostas que a uma circular minha sobre o diagnostico deram todos ou quasi todos os medicos que clinicam nos pontos atacados pela epidemia.

Grandes foram as difficuldades com que tive de lutar no desempenho da tarefa que me commettestes, sobrepujando a todas ellas a deficiencia de material e má organização da hygiene publica no Brazil. Cada vez mais robustece-se-me no espirito a idéa que sempre sustentei sobre a orientação que se deveria imprimir á organização sanitaria em nosso paiz. Quanto, após o advento da Republica, os nossos poderes publicos, dominados pelo prurido da federación *d'aurance* e de imitação das praticas e systemas americanos,

tentaram entregar aos estados e à municipalidade do Districto Federal a organização e direcção dos serviços de saúde publica, quebrando destarte a unidade de acção e harmonia de vistas que presidiam a direcção dellés no imperio, eu e o meu collega Nina Rodrigues, pelas columnas do *Brasil Medico*, protestamos contra tal projecto, mostrando seus inconvenientes e salientando as vantagens de uma organização federal centralizada não que dissesse respeito à hygiene de defesa e à legislação sanitaria, com descentralisação executiva estadual. Consultado nesta occasião sobre a organização sanitaria do Districto Federal, opinou o conselho superior de saúde publica que devia caber à municipalidade a hygiene aggressiva, a prophylaxia do meio, ficando com o governo a hygiene de defesa.

Apezar de tudo isso os poderes publicos entregaram aqui na capital à municipalidade todos os serviços de hygiene e com elles o material de defesa que pertencia ao governo; deram aos estados a facultade de legislar e administrar a hygiene como bem entendessem, e nós assistimos hoje ao triste espectáculo do desmoronamento sem concerto ulterior da organização sanitaria do imperio, quo apezar dos seus defeitos era muito mais adqua-la a prestar serviços e representava incontestavelmente um progresso sobre o que actualmente possuímos.

Na verdade, excepção feita do estado de S. Paulo, que teve a fortuna de ver em sua administração superior um medico distinctissimo, entusiasta da hygiene, excepção feita do Districto Federal, que recebeu do governo todo o material a este pertencente, em parte alguma do Brazil existem hoje serviços de hygiene convenientemente organizados.

Em 1891 previamos o que se está realisando hoje e para isso não era mister grande atilamento. Pondo de lado mesmo os embarcos oriundos da indole dos brasileiros, dos seus habitos e costumes, de sua falta de iniciativa e da politica estadual, bastava attender a que as installações hygienicas são dispendiosas, que um serviço sanitario bem organizado e executado deve pesar fortemente na balança orçamentaria e que as rendas da maioria dos nossos estados não podiam comportar taes despesas.

Em todos os paizes civilizados, onde a hygiene é uma realidade e onde a saúde publica é tomada na devida consideração, reconheceu-se a conveniencia da unidade de acção na direcção dos serviços sanitarios; e todos elles tem procurado uniformisar a sua legislação e centralisar a direcção dos serviços de hygiene, ainda mesmo quando, em virtude da extensão territorial, tenham de lançar mão da descentralisação executiva. A França, a Belgica, a Hespanha, Alemanha, Portugal, etc., tem organizações hygienicas centralizadas.

A Inglaterra, cujas leis sanitarias na opinião insuspeita de Brouardel são aos olhos das nações vizinhas um ideal para que tendem todas as suas aspirações, depois de meio seculo de aperfeiçoamentos chegou a uma centralisação sanitaria modelo, dictada pelo *Public Health act* de 1875.

Nos Estados Unidos, como consequencia da federação estabeleceu-se a mais ampla descentralisação dos serviços de hygiene, que foram confiados às municipalidades e aos estados; e, apezar da indole toda especial do povo americano, mais do que nenhum cioso da autonomia local, do *self-government*, o systema não deu os resultados esperados, tendo-se já reconhecido a necessidade de centralisar a administração de hygiene publica e por mais de uma vez feito tentativas nesse sentido.

Ainda ha bem poucos mezes, na ultima mensagem dirigida ao congresso americano, o illustre presidente Cleveland salienta esta necessidade e pede a criação de um *National Board of Health*.

Infelizmente todos estes exemplos para nada nos tem servido; ao envez de retocarmos, de aperfeiçoar-mos a organização sanitaria do imperio, adaptando-a às exigencias do systema federativo, fizemos taboa rasa de

tudo, apenas salvando-se do naufragio a hygiene maritima e criando-se o Instituto Sanitario Federal com funcções nimalmente restrictas, sem dispor dos elementos de acção. Estô mesmo; Deus sabe como tem resistido a campanha de destruição contra elle movida sem treagoas nem descanço; ainda o anno passado assistimos ao trabalho feito no congresso brasileiro para a sua supressão, e o que mais é para admirar, à frente desta cruzada, a meu ver antipatriotica e antiscientifica, achavam-se medicos que pelos seus antecedentes deviam ser titulos como versados nos assumptos da hygiene publica. Bem possivel é que consigam ainda o seu intento; vivemos no paiz das sorpresas e esta não será por certo a maior das que teremos de registrar neste ultimo quartel do seculo. Mas si assim for, praça a Deus conceder-nos os annos de vida precisos para vermos os poderes publicos da nossa terra reconhecerem o seu erro e darem o devido apreço à opinião dos seus conselheiros de hoje. Talvez então seja tarde para emendar a mão, mas como é sina nossa vivermos a reformar as nossas reformas, a avançar e retrogradar, espere-mos pelo dia de amanhã, e si não for possivel voltar atraz, appellemos para a Divina Providencia, o supremo recurso do povo brasileiro!

Os factos ultimamente occorridos na Republica Argentina são neste particular prenhes de ensinamento. Oxalá meditassem sobre elles os nossos legisladores, já que não lhes saltam aos olhos os desastres provenientes do nosso atrazo em materia de hygiene publica.

A Republica Argentina, como sabeis, tem uma organização sanitaria muito semelhante à nossa. Pois bem, em dezembro do anno passado, o presidente daquela republica viu-se obrigado a modifica-la temporariamente por um decreto. Appareceram em fins de novembro e principios de dezembro casos de cholera-morbus em Collastine e Rosario; tornou-se necessario pôr em pratica rigorosas medidas de defesa, e o presidente do Departamento Nacional de Hygiene, D. José Penna, em uma bem fundamentada exposiçào dirigida ao ministro do interior, salienta os inconvenientes e a anarchia que resultariam de serviços organizados sob diversas direcções, sem a necessaria harmonia de vistas, e propoz a unificação e coordenação das medidas e a execuçào de um systema unico de prophylaxia, igualmente protector para cada uma das partes que compõem o territorio argentino.

Em 23 de dezembro, além desta exposiçào publicavam os jornaes o seguinte decreto do poder executivo:

«En vista de lo expuesto por el Departamento Nacional de Hygiene, etc. etc., el Presidente de la Republica decreta:

Art. I. Apruebanse en todas sus partes las medidas de profilaxia adoptadas por el Departamento Nacional de Hygiene.

Art. II. Remita-se en copia, a los Gobernadores de Provincia e Territorios nacionales y municipalidad de la Capital Federal, la nota del Departamento Nacional de Hygiene, requirien-los cooperen de la manera más eficaz a establecer la profilaxia contra el colera, de acuerdo con las indicaciones que les seran transmitidas por el mismo Departamento, encargado de la direccion sanitaria en toda la Republica, a cuyo efeto deberan contar con toda la cooperacion del Gobierno Nacional.

Art. III. Comuniquese, etc.—*Saenz Peña*. —*Eduardo Costa*.

«En vista de este decreto—escreve um autorisado commentador—el Departamento Nacional de Hygiene queda encargado de la direccion de los asuntos sanitarios en toda la Republica, incluso la capital, uniformando así la accion de las autoridades sanitarias. De esta manera, la Assistencia Publica obedecerá las ordenes del Departamento, con lo que se conseguirá alfin que marchen de acuerdo ambas autoridades.»

São bem recentes para necessitarem ser lembradas as occurrencias que entre nós se

deram e continuam a dar-se, a proposito da epidemia do cholera, e que todas demonstram a pessima organização sanitaria brasileira. A necessidade de que teve o governo federal de intervir, organisando um systema racional de prophylaxia; sua intervenção e consequentes attritos com as autoridades sanitarias estaduais; a contingencia em que se viu de abandonar o campo de acção, tendo conseguido o desaparecimento quasi completo do mal e assistido em seguida a sua disseminação devida à falta de harmonia na direcção dos serviços; a necessidade de intervir mais tarde no estado do Espirito Santo a pedido do respectivo governador; a impossibilidade em que se tem achado de fornecer informações que diariamente lhe são solicitadas pelos agentes consulares estrangeiros, etc., tudo isso falla bem alto contra a nossa organização sanitaria e demonstra o atrazo e a anarchia que reinam nos assumptos de hygiene publica no Brazil.

Vem de molde consignar aqui uma opinião insuspeita, partida de um distincto medico argentino, commissionado pelo seu governo para estudar no Brazil a marcha das epidemias e informal-o, já que o nosso governo não o pôe fazer. Este medico, Dr. Norberto Perez, que ainda acha-se entre nós, publicou nos *Anales del Departamento Nacional de Hygiene*, entre outras cousas, o seguinte:

«El servicio sanitario se resiente de la falta de unidad de accion. Ha existido una verdadera anarchia, porque la autoridad sanitaria federal necesita luchar con las de los Estados, de onde han surgido los conflictos conseguientes, por esta tendencia al exhibicionismo tan comun en estos hombres. Este hecho revela la imperiosa necesidad de la centralizacion del servicio sanitario; por que, si politicamente es posible el regimen federal, en lo que se refiere a la salud publica es indispensable el regimen unitario.»

E' realmente para lamentar que o Brazil ficasse reduzido a condiçào de Afganistan ou Beloutchistan, tendo os paizes civilizados necessidade de commissionar medicos para estudar entre nós a marcha das epidemias e fornecer-lhes as convenientes informações.

Quasi todos os paizes civilizados do mundo fizeram-se representar nas conferencias internacionaes, reunidos para estabelecer-se accordo sobre as providencias a tomar com relação ao cholera epidemico. A ultima convençào internacional, firmada em Dresde em 1893, estabeleceu como preliminar que:—o governo do paiz contaminado deve notificar aos diversos governos a existencia de um foco cholericico; o objecto de notificação consistirá não só na existencia do foco como o logar em que se formou, data do começo, numero de casos verificados clinicamente e o dos obitos; esta primeira notificação deverá ser seguida de communicações ulteriores sobre a marcha da epidemia, fornecidas uma vez por semana pelos menos.

O Brazil não adheriu à convençào internacional de Dresde, porque—dóo-nos o confessar—em materia de hygiene elle não figura ainda entre os paizes civilizados.

No entretanto, actualmente, os agentes consulares estrangeiros instam por obter informações que devam ser transmittidas aos seus respectivos governos e S. Ex. o Sr. ministro das relações exteriores, que possui espirito altamente esclarecido e que apezar de não ser medico nem hygienista comprehen-te o alcance e vantagens da reciprocidade de informações, vê se na triste contingencia de não poder fornecer-lhas, porque o governo federal no Brazil desconhece absolutamente o que se passa nos estados com respeito à saúde publica.

Si não fossem nas noticias dos jornaes diarios, noticias não raro eivadas de paixão e *parti pris*, muitas vezes desmentidas e confirmadas successivamente, nem mesmo sabiamos quaes os novos focos cholericicos formados e a marcha que vae seguindo a epidemia. Quanto a precisar o numero de acommettidos e de fallecidos, bom será desistir de tal empreitada. Vemos hoje reproduzidas scenas identicas às de 1855, quando calculava-se a olho os obitos e a

cifra oscillava ás vezes com differença de centenas conforme os narradores.

Pelas noticias dos jornaes diarios, pelas respostas que deram-me muitos medicos clinicaudo em logares contaminados, eu calculo em mais de 2.000 os acomettidos até hoje e em mais de 1.000 os fallecidos. Isto, porém, não passa de simples presumpção, faltando-me completamente dados para transformal-a em certeza; posso todavia assegurar-vos que si este calculo afasta-se da realidade é com certeza por menos e nunca por exagerado, porquanto só nos municipios de Juiz de Fora, Barra do Pirahy, Porto Novo, Rezende, e nas cidades de S. Paulo e Rio de Janeiro o numero de obitos orça em mais de 500.

Si insisto, Sr. director, neste assumpto mais talvez do que devêra, é para que fique bem consignada minha opinião a respeito da actual epidemia do cholera, e vem a ser: — que ella tór-se-lia circumscripto aos focos de origem, onde seria extincta em pouco tempo, sem a disseminação ulterior a que todos assistimos e sem a perda de centenas de vidas preciosas, que todos lamentamos, si outra fosse a organisação sanitaria brasileira.

Não preciso encarecer o valor da prophylaxia de defesa no tocante ao cholera asiatico, e nem careço ir buscar na historia das epidemias desenvolvida em paizes estrangeiros factos comprobativos do meu asserto; bastante será lembrar o occorrido em S. Paulo em 1893, quando o cholera trazido na bagagem de imigrantes italianos transportados pelos navios *Re Umberto* e *Colombo*, desenvolveu-se constituindo logo focos disseminados que foram extinctos em menos de dous mezes, sem que elle adquirisse a expansão epidemica que o costuma caracterizar. Este facto é bastante significativo para dispensar qualquer commentario.

O que porém está a desafiar commentarios dos mais cerrados, o que penalisa profundamente é ver em 1895 o cholera seguir no Brazil marcha semelhante á que tinha em épocas bem afastadas de nós, quando nada se conhecia de sua etiologia e quando a hygiene estava em phase embryonaria; o que desperta em meu espirito preoccupações sombrias e tristes é ver que em muitas localidades atacadas o mal tem desaparecido, sem que para isto concorresse o emprego de medidas hygienicas e que estas localidades constituirão provavelmente futuros focos de reviviscencia cholérica para a origem de novas epidemias. O cholera actual, como procurarei demonstrar mais adiante, é um cholera de reviviscencia; quantas epidemias iguaes nos reservará o futuro?

Não desejo absolutamente ser propheta e propheta de mãos vaticinios, e não querendo ainda invocar o supremo poder da Divina Providencia, dirijo daqui um apollo aos nossos poderes publicos, para que não permitam que o cholera se aclimate em nossas bellas plagas, lembrando-se do occorrido com a fobre amarella, que si aqui entrou, e estabeleceu domicilio a ponto de ser hoje considerada um producto indigena, deve-se o tão sómente á incuria, desleixo e imprevidencia dos que nos tem governado. Bom será que os nossos homens do governo meditem nas seguintes palavras do grande estadista inglez, lord Beaconsfield, primeiro ministro de Sua Magestade Britanica: — « *Public health is the foundation upon which rests people's happiness and a country's strenght. The care with public health is the first duty of a statesman.* »

(Continua)

Directoria da Instrução

Expediente de 9 de maio de 1895

Transmittiram-se:

Aos governadores dos estados das Alagoas e Ceará, conforme solicitaram, exemplares dos programmas de ensino do Gymnasio Nacional para o corrente anno.

Ministerio da Fazenda

Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal

Dia 6 de maio de 1895

Expediente do Sr. ministro

Remetteu-se á Delegacia do Thesouro Federal em Londres a nota dos creditos distribuidos á mesma delegacia pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, para as respectivas despezas no exercicio actual. — Identicas ás Alfandegas de Pernambuco, Para, Maranhão, Maranhão, Parnahyba, Rio Grande do Sul, Parnahyba, Maceió, Bahia, Sergipe, Espirito-Santo, Santos, Santa Catharina, Paranaguá, Porto Alegre, Rio Grande do Norte e Uruguayana; ás Delegacias do Thesouro Federal nos estados de Piahy, Minas Geraes, S. Paulo, Matto-Grosso, Goyaz e Paraná; e finalmente á Mesa de Rondas de Macahé.

Dia 7

Expediente do Sr. ministro

Communicou-se á Caixa da Amortisação, para os fins convenientes, terem sido depositados na Thesouraria Geral do Thesouro Federal, por Francisco de Figueredo Verissimo, cinco apolices da dívida publica, do valor nominal de 1:000\$, e de ns. 42.793 a 42.802; como garantia de fiança que prestou para poder exercer o logar de corretor de mercadorias desta praça.

Dia 8

Expediente do Sr. director

Communicou-se á Alfandega de Pernambuco, para os devidos effeitos, á vista de participação da Directoria Geral de Viação do Ministerio da Industria, em officio n. 32 de 30 de abril ultimo, que, por portaria de 27 do mesmo mez, ter sido removido o engenheiro Manoel Pacheco Leão do cargo de chefe de locomoção da Estrada de Ferro Central de Pernambuco para o de ajudante de 1ª classe da Estrada de Ferro de Sant'Anna do Livramento, percebendo os vencimentos que lhe competirem. — Identica á Alfandega de Porto Alegre.

— Devolveu-se á delegacia fiscal no estado de S. Paulo o processo, que acompanhou o seu officio n. 20 de 19 de março ultimo, relativo a contas de passagens e transportes pela *S. Paulo Railway Company, limited*, durante o exercicio de 1891, na importancia de 2:587\$990, não só porque deixou de ser observado o que determina a circular n. 61 de 26 de dezembro de 1893, mas também afim de que informe si houve autorisação e credito para as despezas, de que se trata, bem como si algumas dellas estão comprehendidas no art. 14 do decreto n. 10145 de 5 de janeiro de 1889; declarando-se áquella delegacia que a circular n. 4 de 14 de janeiro deste anno, apenas revogou o disposto nas instrucções annexas á circular n. 5 de 20 de janeiro de 1890 na parte concernente á attribuição, conferida a esta directoria, de mandar satisfazer a importancia dos processos de exercicios findos e conceder o respectivo credito ás repartições competentes.

Directoria Geral das Rendas Publicas

Dia 24 de abril de 1895

Expediente do Sr. director

Ao inspector da Alfandega da Bahia, communicando que o Sr. Ministro da Fazenda deferiu, em despacho de 4 do corrente, o requerimento em que o Banco Emissor da Bahia reclamou contra a decisão daquella alfandega que o sujeitou ao pagamento de 20:443\$243, de direitos de importação de objectos mandados vir da Europa; visto como em identicas condições mandou-se despachar livres de direitos, mercadorias destinadas á fabrica de phosphoros da Companhia Fabrica Guttenberg.

— Ao inspector da Alfandega de Pernambuco communicando, em virtude do despacho do Sr. ministro de 30 de março ultimo, que o proprio nacional sito no largo da Assembléa

— cidade do Recife— não deve ser vendido, porque sua venda importaria em não ser elle necessario ao serviço da União. e, neste caso passaria, á vista do disposto no art. 61, paragrapho unico da Constituição da Republica, para o dominio do Estado; ainda na hypothese de receber o governo sua renda, será esta feita, mediante concurrencia publica, a quem mais vantagens offerecer.

— Ao da Capital Federal communicando que, no despacho sobre o requerimento em que a Companhia *Brazil Great Southern Railway* pediu prorogação do favorde que gozava relativamente á isenção de direitos de importação sobre carvão de pedra, o Sr. ministro declarou não haver que deferir desde que, em virtude do art. 669 da tarifa, o carvão mineral ou de pedra e coke são livres daquelles direitos.

Dia 25

Circular—De conformidade com o despacho do Sr. ministro da fazenda, dea 26 de março ultimo, determino aos Srs. os collectores do estado do Rio de Janeiro, encarregados da arrecadação das rendas da União que marquem um prazo que não exceda de 30 dias para pagamento das licenças do imposto do fumo e do proprio imposto, com dispensa das multas por infracção dos artigos 15 e 29 do regulamento n. 1626 de 20 de dezembro de 1893; visto como já por circumstancias especiaes só depois das épocas marcadas pelo citado regulamento foi que as collectorias começaram a desempenhar o serviço da arrecadação das rendas federaes; assim também que no mez de dezembro de cada anno sejam apresentados nesta directoria os cadernos para serem authenticados, de modo que em janeiro possa começar com toda a regularidade a cobrança das rendas provenientes daquellas origens.

Dia 26

Expediente do Sr. ministro

Ao Sr. ministro das relações exteriores, communicando que á Imprensa Nacional já foi expedida a competente autorisação para entregar, mediante indemnisação, ao representante da associação—*Union Ibero Americana*—os exemplares dos regulamentos das alfandegas e outras publicações commerciaes.

— Ao governador de Santa Catharina, declarando, em vista de haver o congresso daquelle estado tributado não só as mercadorias importadas de outros estados por cabotagem como as importadas directamente dos paizes estrangeiros, estas com 3% dos valores e aquellas com 5%; sobre os direitos pagos; que o tributo lançado sobre mercadorias por cabotagem é prohibido pelo art. 7º, n. 2 da Constituição; e que o lançado sobre as importadas de paizes estrangeiros deve revertter para a União, como determina o art. 9º, § 3º da mesma Constituição; convido, portanto, fazer cessar o de 5% de accordo com o que resolveu-se para Pernambuco, Paraná e Ceará.

Expediente do Sr. director

Ao inspector da alfandega da capital, communicando que por despacho do Sr. ministro da fazenda de 18 do corrente foi indeferido o recurso que Guimarães & Oliveira interpuzeram do acto daquella alfandega que classificou como de lebre os chapéus submettidos a despacho como de feltro de lã simples.

— Communicando que foi concedida isenção de direitos aduaneiros, por despacho do Sr. ministro de 18 do corrente, ao material destinado ao abastecimento de agua da cidade de Barbacena e importado pela camara municipal daquella cidade.

— Ao da da Bahia, remettendo a relação que deixou de acompanhar o officio n. 7 de 5 de março ultimo, relativo aos objectos que devem ser fornecidos ao regimento policial daquella estado.

— A' Recebedoria communicando que o Sr. ministro da fazenda, em vista do requerimento em que o Banco Lavoura e Comercio do Brazil recorreu do acto pelo qual aquella repartição multou-o por ter excedido o lapso de tempo dado para a realisação do

pago de impostos, resolveu mandar reduzir por equidade a média, a multa de que se trata.

— Comunicando que o Sr. ministro, em despacho de 18 do corrente, autorizou a restituir a Luiz Gomes Maia a importância de 167\$750 provenientes de estampilhas de que trata o regulamento n. 816 de 17 de maio de 1892.

— A Imprensa Nacional, comunicando que o Sr. ministro da fazenda determinou por despacho de 18 do corrente, que seja restituída por aquella repartição a contra do Ministerio da Justiça ao Dr. Antonio Coelho Rodrigues a quantia de 210\$ proveniente de 200 exemplares, visto ter sido feito gratuitamente o fornecimento de tais exemplares.

— Comunicando que o Sr. ministro autorizou a Recebedoria desta capital a restituir a Luiz Gomes Vieira a importância de 167\$750 proveniente de estampilhas do imposto do consumo do fumo.

— A Fazenda de Santa Cruz, remetendo as certidões necessarias á mora, arrecadação dos fóros e arrendamentos de 1894, e autorizando a proceder á cobrança das dividas já remetidas ao Thesouro, quando os contribuintes ahi se apresentarem para satisfazela, extrahindo para isso, nova certidão em substituição da primitiva e communicando em seguida o resultado ao Thesouro, para que se annulle a divida existente.

Ministerio da Marinha

Por portarias de 6 do corrente, foram nomeados os 1.º tenentes Pedro Cavalcante de Albuquerque e Theophilo Nolasco de Almeida para exercerem: este o cargo de preparador do gabinete de chimica e aquelle do de physica da Escola Naval.

— Por outras de 7 do corrente:

Foram nomeados os capitães de fragata reformados:

Luiz José dos Santos para exercer as funções de capitão do porto do estado do Paraná e exonerado do mesmo cargo o capitão tenente Afonso Henrique Nina;

Alfredo Lucio de Abreu para exercer interinamente o cargo de vice-director da Escola Naval.

— Por outra de 9 do corrente, foi nomeado o 1.º tenente Francisco de Paula Oliveira Sampaio para exercer o cargo de ajudante do corpo de alumnos da Escola Naval.

Expediente de 4 de maio de 1895

— Ao Tribunal de Contas:

Solicitan providencias para que a Delegacia do Thesouro Federal em Londres seja habilitada com o credito de 415\$327, por conta da verba—Material de Construção Naval—do corrente exercicio, para pagamento de mil metros de ferro com destino ás grelhas das torpedeiras Pedro Ivo e Pedro Afonso.—Communicou-se á Delegacia do Thesouro Federal em Londres, á Contadoria e ao contra-almirante João Justino de Proença.

Para que, á vista do que informou em officio n. 107, de 25 de abril ultimo, haja de indicar a verba por onde dever correr a despesa com o pagamento, na Europa, dos chronometros encomendados para a Repartição da Carta Maritima, o destinados aos navios da armada, uma vez que não pôde semelhante despesa ser classificada na rubrica—Munições navaes—muito embora tenha sido sempre attribuida a esta rubrica o dispendio com a aquisição e concertos dos instrumentos nauticos em cujo numero estão comprehendidos os referidos chronometros, tornando-se necessaria a indicação do mesmo tribunal para que se effectue o pagamento, reiteradas vezes reclamado, pelo fabricantes.

— A Contadoria, autorizando a mandar entregar ao commissario da Repartição da Carta Maritima a quantia de 905\$ para o pagamento das despesas com a continuação das obras de que carecem as escadas de ferro do pharol do cabo de S. Thomé.—Communicou-se á Repartição da Carta Maritima.

— Ao capitão de mar e guerra Henrique

Pinheiro Guedes, recommendando que, logo que chegue á Europa, faça a encomenda e compra de quatro mil armas Mauser com os competentes correas e sabres e bem assim de um milhão e duzentos mil cartuchos embalados e dez mil desembalados para as mesmas armas, devendo communicar por telegramma o preço desse armamento e munições para que a Delegacia do Thesouro Federal em Londres seja concedido o necessario credito para esse pagamento.—Communicou-se ao Arsenal de Marinha da Capital Federal e á Contadoria.

— Ao Ministerio dos Negocios da Guerra, transmittindo o requerimento do 1.º tenente Themistocles Nogueira Savio, no qual solicita que, pela Contadoria da Guerra, se lhe certifique si recebeu os vencimentos inherentes ao cargo de professor do Collegio Militar, de 14 de maio do anno passado até á presente data.

— Ao chefe do Estado-Maior-General da Armada:

Declarando que concedeu-se ao enfermeiro naval Manoel Francisco Baracho a demissão que solicitou do serviço da armada;

Concedendo ao carpinteiro de 1.ª classe Alexandre Antunes Martins, ao fiel de 2.ª classe Honorato Luiz da Rosa e ao escrevente Arthur Ferrão a demissão que solicitarão do serviço da armada.

— Comunicando o indeferimento dos requerimentos em que o ex-aprendiz das oficinas de machinas da Bahia Francisco Martins Beltrão, machinista de 4.ª classe de barcas a vapor do commercio, pede ser admittido no quadro do corpo de machinistas da armada e em que o ajudante de machinista, guardamarinha João José da Rosa, em tratamento na enfermaria de beribericos em Copacabana, pede para continuar a tratar-se no seio de sua familia.

— Ao procurador seccional da Republica, transmittendo a cópia do officio do Quartel General prestando informações sobre o capitão-tenente Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes.

— Ao contra-almirante graduado, engenheiro naval de 1.ª classe João Canlido Brazili, declarando que, tendo obtido seis mezes de licença para tratar de sua saúde o chefe do corpo de engenheiros navaes contra-almirante Manoel José Alves Barbosa, deve elle substituí-lo na chefia do mesmo corpo, sem prejuizo das funções que exerce no Conselho Naval e optando pelos vencimentos de um dos cargos, como melhor lhe convier.

— A Repartição da Carta Maritima, concedendo ao 1.º tenente Themistocles Nogueira Savio a licença que solicitou para dirigir-se ao Poder Judiciario a fim de reclamar a sua reintegração no cargo vitalicio de professor do Collegio Militar.

— A Capitania do Porto de estado de Sergipe, declarando que, ácerca da communicação de não ter podido tomar providencia alguma sobre a instalação da escola de aprendizes marinhos desse estado e o aluguel da respectiva casa, deve aguardar oportunidade; na intelligencia de que fica approvado o acto, não só deliberando que o fornecimento da referida escola fosse feito provisoriamente pelo fornecedor do Ministerio da Guerra, mas ainda abrindo concorrência para o recebimento de propostas, que se realizará a 20 do corrente.

— Ao inspector da Alfandega do estado da Bahia, declarando que por conta da rubrica—Força naval—deve alli ser pago o calafate de 2.ª classe Norberto Alexandre de Jesus, do seu vencimento, na importância de 158\$886.

— Ao Ministerio da Guerra, transmittindo os papeis relativos á pretensão de Aprigio José dos Reis, foguista da machina dos diques, pedindo o augmento de 50 % em seus vencimentos, durante o tempo em que, por occasião da revolta de 6 de setembro de 1893, esteve em serviço na Escola Militar, como foguista da lancha *Quinze de Novembro* e do rebocador *Fernando Lobo*.

— Ao inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal:

Recommendando o mandar receber dous anti-quissimos canhões de bronze para serem o conveniente destino, e declarando que a areia vinda com os mesmos canhões no brigue *Resista*, para este porto, e que servira de lastro ao mesmo brigue, será distribuida pelos navios da esquadra, para o serviço de limpeza.—Neste sentido expedito-se aviso ao chefe do Estado-Maior General da Armada e ao director da Bibliotheca e Museu da Marinha.

Declarando ter deferido os requerimentos em que os alumnos do lyceu do mesmo arsenal Jorgo David Pereira e Placido dos Santos Pereira pedem para prestar exame de arithmetica.

— Ao director da Escola Naval, communicando que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, resolveu, em 2 do corrente, que fique sem effeito a portaria que demittiu do cargo de professor de aparelho, manobra e evoluções navaes, dessa escola, o capitão-tenente reformado Enéas Oscar de Faria Ramos, e que o mesmo official reassuma o seu lugar de professor.—Deu-se conhecimento ao chefe do Estado-Maior General da Armada.

— Ao chefe da Repartição da Carta Maritima, transmittindo dous exemplares da lista dos navios de guerra e mercantes com os signaes distinctivos, para uso do Codigo Internacional de Signaes, publicada pela marinha italiana, a fim de ser enviado um á estação semaphorica de Cabo Frio e outro á de Ponta Negra.

— Ao contador da marinha:

Autorizando a lavrar contracto com João José Ribeiro Gaya para que se incumba, pela quantia de 1:938\$995, da promptificação das obras necessarias ao barracão que serve de alojamento ao pessoal da praticagem da barra da Parahyba do Sul.

Autorizando a effectuar contracto com a firma Santos & Comp. para a realização dos concertos de que necessita as lanchas ns. 13, 14, 15 e 19 e o rebocador *Humayda*, pela quantia de 87:605\$610, de accordo com a proposta apresentada, devendo o pagamento ser feito pelo Thesouro Federal.

Recommendando providenciar de modo que seja abonada a ajuda de custo e a gratificação a quo tiver direito o operario extraordinario de 3.ª classe da officina de torneiros do arsenal de marinha desta capital Ramiro Bento Ferreira, que deve seguir para o estabelecimento naval de Itaquil, a fim de substituir o de igual classe Alfredo José da Costa, que deve regressar a esta capital.—Deu-se conhecimento ao Arsenal de Marinha da Capital Federal.

Requerimentos despachados

Dia 10

Barão de Casalvasco, pedindo que por telegramma, fusse á Alfandega de Corumbá habilitada a pagar as contas de Antonio Jacintho Mendes Gonçalves, relativas a fornecimentos feitos ao Arsenal do Ladarío e á flotilha de Mato Grosso no exercicio de 1894.—Aguarde oportunidade.

— Alfredo Tiburcio da Costa.—Selle o memorial.

Ministerio da Guerra

Expediente de 6 de maio de 1895

Ao Sr. ministro da fazenda, solicitando de novo se sirva ceder, de entre os proprios nacionaes do serviço do mesmo ministerio, alguns que estejam nas condições mencionadas no officio que acompanhou o aviso de 23 de janeiro ultimo, a fim de nelle ser instalado o Laboratorio de Microscopia Clinica e Bacteriologia para o serviço sanitario do exercito, ultimamente creado.

— Ao presidente do Tribunal de Contas, solicitando providencias para que no Thesouro Federal, á vista das contas que se remetem, devidamente processadas, sejam pagas as quantias:

De 2:789\$920 á Companhia Estrada de Ferro Minas & Rio, proveniente de transporte de tropas e fretes por conta do Ministerio da Guerra, nos mezes de janeiro e fevereiro ultimos (aviso n. 109);

De 7:234\$322, proveniente de fornecimentos feitos a diversos estabelecimentos do mesmo ministerio, no corrente exercicio, sendo: a Antonio Coelho, 82\$100; a Antonio Joaquim da Costa, 1:747\$800; Cesar Martins & Comp., 57\$760; Companhia Edificadora, 355\$; Companhia União Transporte de Agua, 1:155\$600; Ennes & Comp., 196\$680; Fernando Pires Ferreira, 21\$; Francisco da Silva Braga, 1:174\$500; Jayme de Moura & Comp., 72\$100; José Martins Vianna, 155\$; Luiz Macedo, 711\$840; Leandro Pereira, 563\$762; Mendes Marques & Comp., 93\$; Manoel Tavares Ferreira Junior, 65\$; Pereira & Barbosa, 240\$; Raphael de Carvalho, 236\$; Soares & Irmão, 20\$500, e á *Sociedade Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, 231\$880 (aviso n. 99).

—Ao inspector da Alfandega de Porto Alegre, enviando, para informar, os papeis em que o tenente do 25º batalhão de infantaria Vicente Ferreira Alvares pede pagamento da terça parte do soldo, durante os mezes de janeiro e fevereiro do anno findo, a que se julga com direito.

—Ao Intendente da guerra, mandando: Fornecer ao 6º regimento de artilharia os artigos constantes da nota que se remette, organizada na Repartição de Quartel Mestre General;

Orçar a despeza com a compra dos instrumentos e objectos constantes da relação que se envia, necessarios á commissão de fortificações e defesa do litoral da Republica;

—Ao commandante geral da arma de artilharia, declarando que o material constante da relação que acompanhou seu officio n. 179º deve ser recolhido ao Arsenal de Guerra da Capital Federal, assim de alli ser aproveitado e utilizado como for conveniente.—Expeditu-se o necessario aviso ao director do Arsenal de Guerra da Capital Federal.

—Ao chefe do Laboratorio Chimico-Pharmacoutico Militar, mandando fornecer ao hospital militar de Cuyabá, no estado de Matto Grosso, os objectos constantes do pedido que se envia, rubricado pelo quartel-mestre general.

—A' Repartição de Ajudante General: Transferindo:

Para o 14º batalhão de infantaria o alferes do 12º Julio Clementino de Camargo, conforme pediu;

Para o 2º regimento de artilharia o soldado aggregado á companhia de operarios militares do Arsenal de Guerra do estado da Bahia João de Lima Valverde;

Mandando:

Dar baixa do serviço do exercito, por ser filho unico de viuva e arrimo de sua mãe indigente e duas irmãs menores, o soldado do 9º regimento de cavallaria Francisco Ramos dos Santos;

Declarar:

Ao commandante da fortaleza de Santa Cruz, da barra do Rio de Janeiro, para os fins convenientes, que segundo comunica o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, em aviso n. 434, o mesmo ministerio, de accordo com o que propoz o inspector geral de saude dos portos, resolveu:

1º, que os navios sahidos de l do corrente, em diante dos portos argentinos sejam apenas submettidos á visita sanitaria e á desinfecção no lazareto da ilha Grande, depois do que se lhes concederá livre pratica em todos os portos do Brazil;

2º, que fiquem exceptuadas desta medida e sujeitas a quarentena de vigor as embarcações procedentes de Concordia;

3º, que os navios que conduzirem gado em pé descarreguem-no, em quarentena, no porto do Rio de Janeiro, dirigindo-se depois para o referido lazareto, assim de serem desinfectados, podendo então ter livre pratica.—Comunicou-se ao referido Ministerio das Relações Exteriores.

Sem effeito a portaria de 19 de abril ultimo, que transferiu para a escola militar da Capital Federal a matricula com que frequenta as aulas da do Rio Grande do Sul o 2º tenente de artilharia Olyntho de Mesquita Vasconcellos.—Communicou-se ao commandante da primeira das referidas escolas.

Concedendo licença ao alferes do 40º batalhão de infantaria Manoel Baptista Valladão para do ora em diante assignar-se Manoel Valladão, conforme requereu.

—A' Repartição de Quartel-Mestre General, mandando providenciar para que pelo commando do 1º regimento de cavallaria sejam recolhidos á Intendencia da Guerra um capote para inferior do estado-menor, 162 ditos para praças, 27 ditos para musicos, 27 sobrecasacas para musicos e 93 ditos para praças, assim de serem alli feitas as modificações necessarias para o actual uniforme, conforme pediu o referido commando.—Expeditu-se o necessario aviso ao intendente da guerra.

Requerimentos despachados

Tenente Ricardo Cabral da Cunha Godolphim.—Não ha vaga.

Alferes Joaquim Francisco Berlim e Antonio Antunes Figueireiro.—Indeferido, em vista das informações.

Alferes Jacintho Cariry dos Santos.—A' vista da informação, não.

Alumnos da Escola Militar do Ceará Francisco Mamede Lins Wanderley, Amelio Chaves Ferreira Campos, Abel da Silva Guimarães, Vicente de Paula Ribeiro, Antonio Pereira Guedes, Antonio Tavares, Edesio Eli Edstaquillo Ibirapitanga, José Alves de Souza Brazil, Diogo Borges de Castro, Manoel Saraiva Leão, Eduardo Augusto Brandão e Januario José dos Santos Bernardes Junior.—Não ha mais tempo e nem ha conveniencia nas transferencias pedidas.

Soldado Hermenegildo de Souza Bahia.—Requeira pelos canacs competentes.

Soldado reformada Alfredo Alves de Barros.—Declaro qual o soldo a que se julga com direito, e em que periodo de tempo.

Capitão honorario do exercito José Ferreira Mendes.—Indeferido, em vista da informação da Contadoria. Seja dispensado de auxiliar do director do arsenal o requerente, visto como tal logar não existe no regulamento.

Tenente honorario do exercito Antonio Paes de Sá Barreto.—Selle e assigne o memorial.

Capitão-tenente Americo Brazillio Silvano.—Não ha necessidade da nomeação da commissão que pede o supplicante para examinar o trabalho a que allude, por isso que o governo não cogita de alterar nem as instruções de 1 de novembro de 1890, nem tão pouco o decreto legislativo que estabeleceu o novo soldo e o numero de etapas que competem aos officiaes do exercito, podendo o supplicante, si quizer, dirigir-se ao Ministerio da Marinha, que nomeará a commissão, si assim entender.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Por portarias de 10 do corrente:

Foram concedidos 30 dias de licenças, com vencimentos, para tratamento de saude, ao agente de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Joaquim Pereira de Faria Mattosso ao auxiliar de 2ª classe do prolongamento da mesma estrada João Teixeira de Aguiar.

Foi prorogada por mais dous mezes sem vencimentos, a licença concedida ao amanuense da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil Lucio Mendizabal, para tratar de seus interesses.

Foi concedida a exoneração que pediu o cidadão Carlos Braga, do logar de pagador da Estrada de Ferro de Sant'Anna do Livramento.

—Por titulo da mesma data, foi concedida licença por 30 dias ao 1º official Antonio Augusto de Araujo Lima com vencimentos na forma da lei para tratar de negocios attendiveis e justificados.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Directoria Geral da Viação—2ª secção—N. 60—Rio de Janeiro, 10 de maio de 1895.

Attendendo ao que requereu a *Brazil Great Southern Railway Company, Limited*, e de accordo com a informação que prestastes por officio n. 288, de 22 do mez findo, fica autorizada a mesma companhia a incluir no quadro do pessoal da Estrada de Ferro de Quarahin a Itaqui um despachante junto ao escriptorio do trafego com o vencimento de 100\$ mensaes.

Saude e fraternidade.—Antonio Olyntho dos Santos Pires.—Sr. inspector geral de estradas de ferro.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Directoria Geral da Viação—2ª secção—N. 61—Rio de Janeiro, 10 de maio de 1895.

Para vosso conhecimento e fins convenientes, declaro-vos não poder ser incluída nas despezas de custeio da Estrada de Ferro Central de Alagoas a despeza de 256\$, custo de um pó artificial fornecido pela companhia ao empregado Lourenço Wanderley, assumpto sobre o qual informastes per officio n. 269, de 18 de abril ultimo.

Saude e fraternidade.—Antonio Olyntho dos Santos Pires.—Sr. inspector geral de estradas de ferro.

Directoria Geral da Contabilidade

Expediente de 6 d: maio de 1895

Ao Ministerio da Fazenda, solicitando os seguintes pagamentos:

De 8:000\$ ao engenheiro Domingos Guilherme Braga Torres, durante o actual exercicio, vencimentos, como fiscal das obras do porto da Laguna, estado de Santa Catharina (aviso n. 1.015);

De 19:471\$400 a diversos, de material comprado para a Estrada de Ferro de Santa Anna do Livramento, durante os mezes de janeiro a abril do corrente anno (aviso n. 1.017);

De 911\$126 a diversos, de objectos comprados para o expediente, impressos, etc., da Inspectoria Geral das Obras Publicas desta capital, em janeiro ultimo (aviso n. 1.018);

De 572\$590 a diversos, dos serviços de reparos de proprios nacionaes a cargo daquella inspecção, no mez de janeiro ultimo (aviso n. 1.019);

De 700\$ a diversos fornecedores de carroças para remoção de terras e residuos extrahidos das galerias de esgotos de aguas pluvias, da dita inspecção, em março ultimo (aviso n. 1.020);

De 100\$ a Joaquim Pinto da Conceição do material que forneceu, para o serviço de assentamento de registros de incendio a cargo da dita inspecção, em janeiro ultimo (aviso n. 1.021);

De 307\$085 a Miguel Moreira das Neves, de transportes e excesso do aluguel do carroção que serve de deposito de materiaes para as obras da caixa do morro de Santo Rodrigues e do plano inclinado do mesmo morro, em março ultimo (aviso n. 1.022);

De 1:052\$120 a Guilherme Alvaro da Costa, de pão fornecido á hospedaria da ilha das Flores, em março ultimo (aviso n. 1.023);

De 724\$100 a diversos, do material comprado em janeiro ultimo, para os serviços de conservação e limpeza de galerias de aguas pluvias e do canal do mangue (aviso numero 1.024);

De 3:910\$879 a diversos, de materiaes comprados em janeiro ultimo, para os serviços do deposito central e officinas da Inspectoria Geral das Obras Publicas (aviso n. 1.025);

De 327\$200 a L. de Maceio Ayque, de reactivos e productos chimicos que forneceu

durante o mez de abril ultimo a commissão de estudos da nova capital da União (aviso n. 1.026);

De 818\$375, certificados, de construcções de calçamentos que foram levantados para o serviço de distribuição de agua, em março ultimo (aviso n. 1.027);

De 1:233\$900 a José Antonio Gonçalves & Comp., de diversos artigos fornecidos a hospedaria da ilha das Flores, em março ultimo (aviso n. 1.023);

De 1:802\$317 a diversos, de material comprado em janeiro ultimo, para os serviços das florestas nacionaes, estradas e caminhos a cargo da Inspectoria Geral das Obras Publicas (aviso n. 1.029);

De 2:637\$393 a diversos, de fornecimentos feitos à Estrada de Ferro do Rio do Ouro em fevereiro e março ultimos (aviso n. 1.030);

—Providenciou-se para que por aquelle ministerio fosse autorizada, por telegramma a Delegacia do Thesouro em Londres a pagar, ao correio da Allemanha a quantia de frs. 2375,84 contimos pelo transito de malas no exercicio de 1894 (aviso n. 1016).

Dia 7

Ao Ministerio da Fazenda, solicitando os seguintes pagamentos:

De 5:834\$828, folhas de vencimentos de abril ultimo do pessoal da hospedaria de Pinheiro, entregue a importancia ao administrador (aviso n. 1.032);

De 11:2\$500 a Luciano de Moraes & Comp., de artigos fornecidos a hospedaria da ilha das Flores em março ultimo (aviso n. 1034);

De 818\$ a Marc Ferroz, de artigos photographicos fornecidos para a commissão de estudos da nova capital da União, em abril ultimo (aviso n. 1.035);

De 4:155\$ a Francisco Ferreira Braga, e 2:480\$ a Fonseca Machado & Irmão de fornecimentos que fizeram aquella commissão em abril ultimo (aviso n. 1.036);

De 760\$ a E. Lombaert e 3:747\$720 a Antonio Pereira & Comp., de diversos fornecimentos de material que fizeram em abril ultimo, para a mesma commissão (aviso n. 1.037);

De 7:862\$040 a diversos, do material comprado em janeiro ultimo para os serviços de reparos e melhoramentos do abastecimento de agua (aviso n. 1.038);

De 10:474\$700 a diversos, de materias comprados em janeiro ultimo para conclusão da rede de distribuição da agua obrigatoria (aviso n. 1.039);

De 6:703\$250, de ajudas de custo ao pessoal tecnico da commissão da Estrada de Ferro de Sant'Anna do Livramento, que se tem de transferir para o estallo do Rio Grande do Sul (aviso n. 1.040).

—Providenciou-se para que por aquelle ministerio fosse o Thesouro Federal autorizado a dar quitação ao administrador da hospedaria de Pinheiro, Lucas José Vieira Ferraz, da quantia de 5.787\$735, que recebeu para pagamento do respectivo pessoal em março ultimo (aviso n. 1.031).

Requerimentos despachados

Dia 10 de maio de 1895

D. Maria Angelica Martins Penha, solicitando a effectividade dos favores do montepio pelo fallecimento de seu marido Lauriano José Martins Penha, chefe do seccão graphica da inspectoria geral de estradas de ferro, occorrido em 1 do corrente mez.—Deferido quanto ao pagamento da quota para funeral ou luto.

Emilio da Gama Lobo d'Eça, ex-engenheiro ajudante de 2ª classe da commissão de melhoramento do porto de S. João da Barra, pedindo permissão para continuar a contribuir para o montepio obrigatorio.—Junta a guia de que trata o art. 22, do regulamento em vigor.

Pacifico José de Menezes, solicitando os favores do mentepio pelo fallecimento de seu filho Henrique José de Menezes, telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegra-

phos, occorrido em 1 de julho de 1894.—Deferido. Providenciou-se sobre o abono da pensão requerida.

Olavo Cesar Carpinette, ex-agente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, pedindo permissão afim de continuar a contribuir para o montepio obrigatorio.—Indeferido.

Engenheiro Antonio Vieira Cortez, polinlo que o Thesouro Federal seja autorizado a receber as prestações do montepio, a contar do mez de abril deste anno, provando ter entrado com as contribuições anteriores na Thesouraria do Espirito-Santo.—Deferido.

Directoria Geral da Industria

Expediente de 10 de maio de 1895

Consultou-se ao Ministerio do Interior, si podem ser incumbidos de proceder nos estados à inspecção de saude dos empregados deste ministerio, os inspectores de saude dos portos respectivos.

—Declarou-se ao director geral dos correios, que foi approvedo o acto creando no logar denominado Doras de Ayrises, no estado do Rio, uma agencia postal de 4ª classe, ficando autorisado a incluil-a na respectiva tabella complementar.

—Communicou-se ao governador da Bahia, que foi autorisada a Inspectoria Geral das Terras e Colonisação a apresentar o computo das despesas que devem ser pagas pela União relativas aos serviços de colonisação até a data em que as mesmas foram transferidas para esse estado, afim de que, presente ao Congresso Nacional, seja o Poder Executivo habilitado com o credito necessario.

—Foi autorisada a Inspectoria Geral das Terras e Colonisação a providenciar no sentido de ser incluil-a a despesa relativa aos serviços de colonisação no estado da Bahia até a data da entrega desses serviços ao referido estado, na relação que deve ser formulada para que, presente ao Congresso Nacional, seja aberto o necessario credito.

—Recommendoou-se aa director geral dos correios que informe com urgencia qual o motivo pelo qual o contador dos correios do Piauh Pedro Piauh Lino de Hollanda Campos não entrou no gozo da licença que foi concedida, no prazo marcado pelo art. 512, § 5º do regulamento postal vigente.

Requerimentos despachados

Dia 10 de maio de 1895

Companhia de navegação Rio e S. Paulo, pedindo pagamento de 85\$, importancia de passagens.—Apresenta 2ª via de suas contas.

Lloyd Brasileiro.—Compareça na Imprensa Nacional, afim de satisfazer o pagamento da publicação das tabellas de preços e passagens nos vapores da companhia.

Directoria Geral de Viação

Expediente de 10 de maio de 1895

Ao chefe da commissão de materias na Europa:

Remettendo documentos pelos ajustes finaes de contas da Estrada de Ferro Conde d'Eu, relativos ao anno de 1894;

Idem, idem da de Minas e Rio;

Idem, idem da Central da Bahia;

Approvando ajuste provisorio da Central de Alagoas (ramal de Assembléa) 1º semestre de 1894;

Idem, idem da de D. Thereza Christina;

Idem, idem da de Conde d'Eu;

Idem, idem ramal do Timbó (estrada de ferro Bahia ao S. Francisco).

—Ao inspector geral de estradas de ferro, declarando que a reunião marcada para 30 de junho, para tratar-se de varios negocios attinentes às estradas de ferro, fica transferida para o dia 2 de julho.

Identica communicação foi feita ao Club de Engenharia e Instituto Polytechnico.

—Ao inspector geral de estradas de ferro, approvando o acto de designação do engenheiro fiscal Francisco Baptista do Nascimento para fiscalisar a Ferro Carril de Santa Cruz a Itaguahy.

Requerimentos despachados

Artistas e operarios das officinas da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, pedindo augmento de salarios.—O pedido só pode ser tomado em consideração quando vier por intermedio da respectiva companhia.

Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.—Compareça na directoria geral de viação para receber guia de pagamento de emolumentos do decreto que é expedido em seu favor.

Companhia Générale des Chemins de Fer Brésiliens.—Idem, idem.

INTENDENCIA MUNICIPAL

Prefeitura do Districto Federal

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

Decreto n. 139—de 10 de maio de 1895

Autorisa o prefeito a expedir as necessarias instrucções e a promover desde já a organização do Theatro Dramatico Municipal

O prefeito do Districto Federal:

Faço saber que o conselho municipal decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o prefeito autorisado a expedir as necessarias instrucções e promover desde já a organização do Theatro Dramatico Municipal, de accordo com o decreto n. 92, de 16 de junho de 1894, e com as disposições da presente lei.

Art. 2.º A renda produzida pelos espectaculos realizados pela Companhia do Theatro Dramatico Municipal, bem como aquella resultante dos impostos já creados e de quaisquer outros que venham a crear-se, para identicos fins, terão por especial applicação o custeio e subseqüente edificação do mesmo theatro.

Art. 3.º E' extensivo ás companhias lyricas de qualquer nacionalidade o imposto de 1% sobre a renda bruta de cada espectáculo, decretado pela lei n. 92, de 16 de junho de 1894.

Paragrapho unico. Ficam creados os seguintes impostos especiaes para prover o Theatro Dramatico Municipal;

a) 100\$ para cada baile publico de mascarar ou a fantasia;

b) 50\$ para cada corrida de cavallos;

c) 20\$ para cada funcção nos bello-dromos;

d) 100\$ para cada corrida de touros;

e) 1:000\$ por anno para cada vendedor de bilhetes de theatros ás portas dos mesmos.

Art. 4.º O prefeito nomeará o director do theatro e sob proposta deste fará as nomeações do pessoal respectivo.

Art. 5.º Todas os artistas que por acto do prefeito fizerem parte do Theatro Dramatico Municipal contribuirão para o montepio, na forma da lei n. 334 de 22 de maio de 1891, ficando para todos os effectos dessa lei equiparados aos demais funcionarios da municipalidade.

Só terá direito às vantagens do montepio o pessoal do quadro fixo.

Art. 6.º Emquanto não for ultimada a construcção do Theatro Municipal, o prefeito poderá tomar de arrendamento o theatro desta capital que julgar mais conveniente.

Paragrapho unico. O Theatro Dramatico Municipal só inaugurará os seus trabalhos seis mezes depois de promulgada a presente lei.

Art. 7.º Nas instrucções regulamentares expedidas pela prefeitura, deverão ser determinadas as condições de admissão dos artistas, de installação de duas aulas, uma de

recta pronuncia, outra de pratica theatral, e bem assim estabelecido o quadro do pessoal do theatro, a fiscalisação do mesmo e a instituição de premios para as composições de autores nacionaes.

Logo que o Theatro Dramatico Municipal puder manter-se sem auxilio dos impostos sobre companhias forasteiras e os demais impostos especiaes, o prefeito applicará o producto desse imposto á assistencia publica.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Districto Federal, 10 de maio de 1895, 7º da Republica.—Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Mensagem n. 5

Srs. membros do conselho municipal — Achando-se esta prefeitura tolhida nos seus meios de acção pela promulgação do decreto n. 110 de 1 de outubro de 1894, que autorisa a demolição dos edifícios, muros ou tapamentos que ameacarem ruinas, tendo de recorrer para tal caso ao Poder Judiciario, cuja acção é bastante morosa, quando, em casos determinados, precisa esta prefeitura agir com a maior presteza,—solicito-vos, como complemento da lei do recuo, a regulamentação desse decreto, autorisando a pôr em execução essa medida sempre que os predios, muros ou tapamentos ameacarem ruina imminente, sem que, para isso, seja necessario recorrer ao Poder Judiciario, o que trará delongas judicias.

Convém fazer-vos sciente que sem esse recurso, esta prefeitura não se julgará apta para tomar a responsabilidade pela segurança á viação publica.

Districto Federal, 19 de maio de 1895, 7º da Republica.—Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida.

Directoria do Interior e Estatistica

2ª SECÇÃO

Expediente de 10 de maio de 1895

Ao agente da prefeitura, no districto da Candelaria, communicando o indeferimento da petição de F. Lunay, relativa á relovação da multa de 100\$ imposta, por aquella agencia. Ao Dr. procurador dos feitos da fazenda municipal, identica communicação.

Requerimentos despachados

Abertura de casa commercial — Legey, Drummond & Comp.—Deferido.

Adicionaes — Fernandes & Rocha e Lamego & Moreira.—Deferidos.

Continuação de negocio — Francisco Ferreira Braga.—Deferido, pagando as respectivas multas.

Transferencias — Francisco Araujo Coutinho & Comp. e Francisco Manoel Vaz.—Deferidos.

Veículos terrestres — Felicia Luiza da Conceição, Francisco Gonçalves da Silva, Francisco Alves Ferreira, Theophilo Manoel de Oliveira e Urcelino Teixeira Ferraz.—Deferidos.

Bernardo Vieira Bastos, Ferreira & Silva, Francisco da Costa Molles e Roberto & Almeida.—Deferido, de accordo com a informação.

Mercadores ambulantes — Belisario Ernesto Pinto de Souza, D. Markierit, Donato Antonio Paschoal, Domingos Palermo, Gabriel Miguel, Guilherme Candido Pinheiro, Luiz Maria de Souza, Luiz Raymundo, Luiz da Cruz Carvalho, Rocco Prancato, Raphael Quilillo, Valentina Maria da Conceição e Viann Mechim.—Deferidos.

Felizardo José Ribão e Ricardo Lebon.—Deferidos, de accordo com a informação.

Ganhadores — Bento Gonçalves Rodrigues, Francisco Delphin, Raphael Gil e Rosario Piedinho.—Deferidos.

Relevação de multa — F. Lunay.—Indeferido.

Directoria da Instrucção

Expediente de 6 de maio de 1895

Officio ao Sr. Dr. inspector escolar do 8º districto, communicando a subvenção concedida a Luiza Basto de Lyra e Oliveira para a escola que mantem á rua Padre Januario n. 16, em Inhauma.

—Ao Sr. Dr. inspector escolar do 10º districto, communicando a concessão de subsidio á escola que abrir nos Palmares, freguezia de Campo Grande, Antonia Telles de Menezes Dantas.

—Ao Sr. Dr. prefeito, propondo o cidadão Albano Octavio Nogueira Fernandes para professor interino de physica e chimica em escolas do 2º gráo.

—Ao Sr. Dr. inspector escolar do 1º districto, communicando a concessão de permutas de cadeiras aos professores Augusto de Miranda e José Alves da Visitação.

Na mesma data expediram-se identicos officios ao inspector escolar do 5º districto e aos professores supracitados.

Dia 7

Ao Sr. Dr. director da Escola Normal, communicando que o Sr. Dr. prefeito resolveu indicar aos funcionarios desta directoria: Abeilard Genes de Almeida Feijó, Carlos Pinto Barreto e Antonio Henriques do Araujo para proceder ao inquerito para averiguação da responsabilidade de factos que são attribuidos a um funcionario daquela escola.

Na mesma data expediram-se portarias áquelles funcionarios.

—Ao Sr. Dr. prefeito, apresentando informado o requerimento em que Christina Maria da Silva Couto pede subvenção para sua escola no Engenho Novo.

—Ao Sr. Dr. José Bonifacio Burlamaqui Moura, dispensando-o da regencia interina da cadeira de historia em escolas do 2º gráo, visto ter-se apresentado e reassumido o exercicio, o Dr. Baptista Pereira Junior.

—Ao Sr. Dr. director geral de hygiene e assistencia publica, declarando que está mudada para o predio n. 214 da rua do Conde do Bomfim a 8ª escola feminina do 5º districto.

—Ao Sr. Dr. prefeito, propondo o cidadão Amancio Torres da Silva para ministrar o ensino na Ponta do Galcão, ilha do Governador.

—Ao Sr. Dr. inspector escolar do 7º districto, determinando o fechamento do curso nocturno da 1ª escola feminina daquelle districto, por falta de frequencia.

—Ao Sr. Dr. inspector escolar do 8º districto, pedindo que informe o requerimento pe Guilherme Teixeira que pede subvenção para a escola que dirizo á rua José dos Reis n. 8, no Engenho de Dentro.

Requerimento despachado

Dia 8 de maio de 1895

Christina Maria da Silva Couto.—Indeferido.

Directoria de Hygiene e Assistencia Publica

Expediente de 10 de maio de 1895

Ao director do interior e estatistica, remetendo, por cópia, o contracto para fornecimento de sal ao matadouro.

—Ao director do matadouro, pedindo, com a maxima urgencia, um mappa do movimento naquella repartição durante o 1º trimestre do corrente anno.

—Ao administrador da Estação Central de Desinfeccção, fazendo igual pedido.

—Ao Dr. director da instrucção publica, remetendo o parecer da commissão que inspecionou o professor Amando de Araujo Cintra Vidal.

—Ao presidenta da Associação de Antropologia e Assistencia Criminal, remetendo o mappa do movimento, durante o mez de abril, dos recolhidos ao Asylo da Mendicidade.

—Ao agente da prefeitura no districto da Lagôa, reclamando providencias para que os proprietarios procedam ao lageamento em frente ás suas casas, tornando-se esta medida extensiva aos donos de terrenos que abusivamente os conservam ainda sob forma de capinzais; reclamando esta suggerida a esta directoria por continuarem em andamento os trabalhos de calçamento á alvenaria na rua Todos os Santos.

—Na solicitação do Dr. F. M. Draenert para que lhe sejam remetidas as tabellas estatisticas dos casos de tuberculose nas rezes abattidas para consumo.—Transmitta-se por cópia ao Dr. director do matadouro para as devidos effectos.

—Nos officios: Do director de obras e viação, pedindo declarar quaes os melhoramentos necessarios ás ruas General Pedra e Victor Meirelles, e quaes os locais em que devim ficar os microbios roquitados para o largo da Carioca.—Officio-se aos Drs. Moreira Guimorões, Paulino Werneck e Emilio Miranda para, na parte que lhes compete, habilitarem esta directoria a responder ao presente officio.

Do inspector geral de Saude dos Portos, respondendo com respeito a um doente do vapor nacional *Uranus*.—Inteirado. Archive se.

Da Directoria do Interior e Estatistica, sobre a pretensão de Oliveira e Costa.—Ao Dr. commissario da respectiva circumscripção para informar com urgencia.

Requerimento despachado

Dia 7 de maio de 1895

D. Anna Paulina da Silva Lima, pedindo relevação de pagamento de uma desinfeccção.—Deferido, á vista da informação.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Rendimento do dia 1 a 9 do	
maio de 1895.....	2.913:113\$941
do dia 10 (até ás 3 hs.)	457:030\$586
	3.370:144\$527
Em igual periodo de 1894 ..	3.175:430\$393
REPARTICAO	
Rendimento do dia 1 a 9 de	
maio de 1895.....	198:254\$935
do dia 10.....	19:743\$799
	217:997\$834
Em igual periodo de 1894... ..	219:725\$560

MESA DE RENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
NA CAPITAL FEDERAL	
Rendimento do dia 10 de maio	
de 1895	42:258\$201
idem dos dias 1 a 10.....	319:982\$707

NOTICIARIO

Correio — Esta repartição expedirá hoje malas pelos seguintes paquetes:

Pelo *Esperança*, para Santos e S. Pedro do Sul, recebendo impressos até ás 8 horas da manhã, cartas para o interior até ás 8 ¼, ditas com porte duplo até ás 9 idem.

Pelo *Sarita*, para S. Pedro do Sul, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 ¼, ditas com porte duplo até á 1 da tarde, objectos para registrar até ás 12 da manhã.

Pelo *Mendosa*, para Bahia, Lisboa, Rotterdam e Hamburgo, recebendo impressos até ás 8 horas da manhã, cartas para o interior até ás 8 ¼, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 9 idem.

Pelo *Tagus*, para Santos, recebendo impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 ¼, ditas com porte duplo até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo *Itabird*, para Victoria, Bahia e Araçajú, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 ¼, ditas com porte duplo até ás 10 idem.

Pelo Norte, para o Rio Grande do Sul, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9½, ditas com porte duplo até ás 10 idem.

Pelo *Gracian Prince*, para Nova York, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 10 idem.

Pelo *Raggio*, para Montevidéo, Buenos Aires, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1½, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo *Egyptian Prince*, para Santos, recebendo impressos até ás 3 horas da tarde, cartas para o interior até ás 3½, ditas com porte duplo até ás 4, objectos para registrar até ás 3 idem.

— Amanhã:

Pelo *Rio Pardo*, para Santos, Paranaguá, Desterro, Rio Grande do Sul, Pelotas e Porto Alegre, recebendo impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9½, ditas com porte duplo até ás 10, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Las Palmas*, para Victoria, Bahia, Pernambuco, S. Vicente, Genova e Naples, recebendo impressos até ás 5 horas da manhã, cartas para o interior até ás 5½, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 6, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Itaperuna*, para Paranaguá, Desterro, Rio Grande do Sul, Pelotas e Porto Alegre, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9½, ditas com porte duplo até ás 10, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

MARCAS REGISTRADAS

N. 530

Abraham Durninger & Comp., negociantes domiciliados em Herrenhut (Allemanha) e representados nesta Capital Federal por seus bastantes procuradores Hasenclever & Comp., como prova a procuração annexa, veem apresentar á meritíssima Junta Commercial a marca acima collada, a qual consiste no seguinte:

Um rotulo de fôrma espherica dividido por duas linhas maior e menor, tendo-se circularmente entre ellas as palavras: — *Compra de Andrea Neuman* —, com uma rozeta no alto. O centro do desenho representa um tronco de arvore partido pouco acima de sua base, estendendo-se para a direita o galho ramificado com folhas e um passaro pousado a perfil, tendo no bico um pequeno ramo da mesma arvore.

Todos os traços do desenho e typos, são de côr vermelha.

A referida marca é applicada pelos supplicantes nas fazendas de linho brancas de tamanho identico por elles fabricadas, e servirá para distinguir essa manufactura, podendo tambem ser usada em toda e qualquer côr. Estavam colladas tres estampilhas no valor total de duzentos e vinte réis, da seguinte maneira inutilizadas: Rio de Janeiro, 20 de março de 1895. — Por procuração de Abraham Durninger & Comp. — *Hasenclever & Comp.*

Apresentada na secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, ás 11 horas da manhã de 6 de abril de 1895. — O secretario, *Cesar de Oliveira*.

Registrada sob n. 530, por despacho da Junta Commercial, em sessão de hontem. Pagou no primeiro exemplar 6\$600 réis de sello por estampilhas.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1895. — O secretario, *Cesar de Oliveira*.

A' margem estava o carimbo do grande sello da Junta Commercial da Capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

N. 2.223

Antonio Corrêa Pinheiro, negociante estabelecido nesta Capital Federal, devidamente representado por seu bastante procurador José Vicente Pinheiro, como prova com a procuração junta, vem apresentar á meritíssima

Junta Commercial, a marca acima collada, adoptada pelo supplicante para distinguir o seu preparado denominado: *Maynardina*, a qual consiste no seguinte: Um rotulo em papel branco de fôrma rectangular, guarnecido por um fileto de vinhetas seguidamente dispostas e igualmente uma linha fina. No seu interior le-se os seguintes dizeres: «*Maynardina—Extractor infallivel dos callos—preparado pelo pharmaceutico—A. Corrêa Pinheiro*» —Rio de Janeiro.

A referida marca, usada em toda e qualquer côr, é applicada nos vidros contendo o producto para callos, de sua fabricação e em substituição da marca já registrada sob o n. 1.621, em 27 do dezembro de 1888, que fica nesta data renovada por esta. Estavam colladas tres estampilhas no valor total de 220 réis, da seguinte maneira inutilizadas: Rio de Janeiro, 20 de março de 1895. — Por procuração, *José Vicente Pinheiro*.

Apresentada na secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, ás 11 horas da manhã de 6 de abril de 1895. — O secretario, *Cesar de Oliveira*.

Registrada sob n. 2.223, por despacho da Junta Commercial, em sessão de hontem. Pagou no primeiro exemplar, 6\$600 de sello por estampilhas.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1895. — O secretario, *Cesar de Oliveira*.

A' margem estava o carimbo do grande sello da Junta Commercial da Capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

N. 2.224

Mathias Peixoto de Oliveira, negociante estabelecido nesta praça, á rua do General Camara n. 238, com fabrica a vapor de calçado nacional, vem apresentar á meritíssima Junta Commercial a marca acima collada, adoptada pelo supplicante para distinguir o calçado de sua fabricação, a qual consiste no seguinte: Um rotulo em papel branco representando um escudo atravessado por uma facha obliqua da esquerda para direita, onde lê-se a inscripção — *Fidelidade*. Dentro do escudo, na parte superior da facha, vê-se o emblema de uma botina e na parte inferior o monogramma do supplicante consiste nas letras — *M. P. O.* — entrelaçadas. Fora do escudo, em semi-circulo, lê-se — *Fabrica de Calçado Nacional* — e na parte de baixo, presa ao mesmo escudo, outra facha com as pontas fluctuantes e os dizeres — *Marca registrada*. A referida marca é usada pelo supplicante em toda e qualquer côr e servirá para ser estampada na sóla do calçado de sua fabricação, nas presilhas do mesmo, e bem assim nas facturas, cartões, etiquetas e mais misteres e, portanto, considerada como marca geral e distinctiva do seu estabelecimento. Inutilizavam duas estampilhas no valor de 220 réis o seguinte:

Rio de Janeiro, 29 de março de 1895. — *Mathias Peixoto de Oliveira*.

Apresentada na secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, ás 11 horas da manhã de 16 de abril de 1895. — O secretario, *Cesar de Oliveira*.

Registrada sob n. 2.224, por despacho da Junta Commercial, em sessão de hontem. Pagou no primeiro exemplar 6\$600 de sello por estampilhas.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1895. — O secretario, *Cesar de Oliveira*.

Achava-se ao lado o grande sello da Junta Commercial da Capital Federal.

EDITAES E AVISOS

Guarda Nacional

PAROCHIA DE IRAJÁ

Qualificação

Silvino Ribeiro, tenente-coronel commandante do 4º batalhão da reserva da guarda nacional, presidente do conselho de qualificação do districto de Irajá, nesta Capital Federal.

Faz saber aos que o presente edital virem, que o conselho de qualificação de guardas na-

cioneas do referido districto, se instalará no dia 19 do corrente mez. no logar para esse fim destinado, onde devera funcionar consecutivamente durante 15 dias, para rever a qualificação existente e classificar no serviço activo ou da reserva os cidadãos novamente alistados na forma do art. 11 do decreto n. 1030, de 12 de março de 1853 e outras disposições em vigor.

Convida, pois, a cada uma das autoridades, que por lei são obrigadas a fornecer relações dos cidadãos aptos para o serviço da guarda nacional, a remettel-as a este conselho até ao 1º dia da sua reunião.

Outrosim, convoca a reunião dos membros do mesmo conselho, os Srs. capitão do 2º regimento de cavallaria Cândido Monteiro Muniz Barreto, 1º tenente de artilharia de posição Beltrão Pinto da Silva Povoas, tenente Oscar Cesar de Siqueira o alferes Carlos Vieira de Souza Breves, ambos do 11º batalhão de infantaria da guarda nacional, para o mencionado dia e logar, ás 9 horas da manhã, para se proceder aos trabalhos do referido conselho, com assistencia do pretor ou o seu substituto.

Capital Federal, 10 de maio de 1895. — Tenente-coronel, *Silvino Ribeiro*, presidente do conselho.

Guarda Nacional

PAROCHIA DE PAQUETÁ

Qualificação

José Antonio Machado, tenente-coronel commandante do batalhão de artilharia de posição, presidente do conselho de qualificação da parochia de Paquetá.

Faz saber aos que o presente edital virem, que o conselho de qualificação dos guardas nacionaes da referida parochia se instalará no dia 19 do corrente, no logar do costume, ás 9 horas da manhã, com a assistencia do sub-pretor ou supplente da 1ª pretoria.

Convida, portanto, a cada uma das autoridades que são obrigadas a fornecer as relações dos cidadãos aptos para o serviço da guarda nacional a remettel-as a este commando até o primeiro dia da sua reunião.

Outrosim, convida os membros do mesmo conselho os Srs. capitães Alberto Xavier de Almeida, João Pinto de Gouvêa, tenentes José Gonçalves Pires da Silva e José Carlos de Araujo, todos do 9º batalhão de infantaria, a comparecerem no mencionado dia e logar ás 9 horas da manhã.

Commando do batalhão de artilharia de posição, 8 de maio de 1895. — *José Antonio Machado*, tenente-coronel.

Guarda Nacional

PAROCHIA DE S. ANTONIO

Qualificação

Joaquim Xavier Coelho de Bittencourt, tenente-coronel commandante do 2º regimento de cavallaria da guarda nacional, presidente do conselho de qualificação de guardas nacionaes da parochia de S. Antonio deste Districto Federal.

Faço saber aos que o presente edital virem ou tiverem noticias que, na fôrma dos capitulos 1º e 2º do decreto n. 722, de 25 de outubro de 1850, e capitulo 1º do decreto n. 1130, de 12 de março de 1853, e cumprindo a ordem do dia n. 70, de 6 de maio do corrente anno, o Sr. general de divisão, Carlos Machado de Bittencourt, commandante superior da guarda nacional do Districto Federal, começarão no dia 19 do corrente mez, ás 9 horas da manhã, no pavimento terreo do Pedagogium, á rua do Visconde do Rio Branco n. 13, os trabalhos para qualificação dos cidadãos aptos para o serviço da guarda nacional, pelo que convido o cidadão pretor da respectiva parochia e os officiaes, major Fortunato Maria da Canceição, tenente Oscar Rodrigues Dias da Cruz, ambos do 5º bata-

Ihão de infantaria, 1º tenente do batalhão de artilharia de posição, Amador Bueno de Andrade e o major honorario do 6º batalhão de infantaria, Guilherme Alves da Silva Porto, membros do mesmo conselho, a comparecer no referido dia e hora marcados no local designado.

Districto Federal, 10 de maio de 1895. — O tenente-coronel, Joaquim Xavier Coelho de Bittencourt.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

CONCURSO

Em nome do Sr. ministro faço publico que nesta Secretaria de Estado acha-se aberta até ao dia 2º do corrente a inscripção para o concurso de dous logares de amanuenses da mesma secretaria.

O concurso se affectuará de accordo com as instrucções approvadas pelo decreto n. 1940, de 17 de janeiro de 1895. As provas do concurso versarão sobre as seguintes materias:

- Calligraphia;
- Linguas portugueza, franceza e ingleza, devendo o candidato traduzir as duas ultimas e fallar, pelo menos, a segunda;
- Noções de historia do Brazil e geographia geral;
- Arithmetica até proporções inclusivamente.

Os pretendentes instruirão os seus requerimentos com documentos que provem a idade de 18 annos, pelo menos, e bom procedimento, podendo juntar quaesquer outros relativos ás suas habilitações e serviços.

Secretaria do Estado das Relações Exteriores, 4 de maio de 1895. — O director-geral, J. T. do Amaral.

Caixa de Amortisação

Faz-se publico qua a junta administrativa desta repartição, reunida em sessão no dia 2 do corrente, resolveu prorogar até 30 de junho de 1896 o prazo para o troco, sem desconto, das notas do governo, dos valores de 500\$ e 100\$ da 5ª estampa, 200\$ e 50\$ da 6ª e 20\$ da 7ª.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1895. — O inspector, M. A. F. Trigo de Loureiro.

Caixa de Amortisação

Faz publico, para conhecimento de todos, que, por despacho da Junta administrativa desta repartição de 2 de maio do corrente, em requerimento do Banco da Republica do Brazil, fica prorogado o prazo marcado para o troco dos bilhetes dos bancos de emissão, hoje a cargo do mesmo banco, até 30 de junho de 1896.

Os bilhetes, cujo troco é prorogado, são do Banco de Credito Popular do Brazil, de 500\$, 200\$, 100\$, carimbados sobre bilhetes do Banco dos Estados Unidos do Brazil, e de 5\$ sem carimbo, todos de base metallica, de 500\$, 20\$, e de 5\$ de base de apolices tambem carimbados;

Do Banco Emissor do Norte: de 100\$, 50\$, e 10\$, de base de apolices carimbados sobre notas do Thesouro;

Do Banco dos Estados Unidos do Brazil: de 500\$, e de 10\$, de base metallica e 200\$, 50\$, 20\$, e 10\$, de base de apolices, carimbados sobre notas do Thesouro;

Do Banco Emissor da Bahia: de 100\$ e de 50\$, de base de ouro, de 100\$, 50\$, 20\$ e 10\$; de base de apolices, carimbados sobre notas do Thesouro;

Do Banco Emissor de Pernambuco: de 200\$ e 100\$, de base metallica, carimbados sobre notas do Thesouro, a de 100\$, da 1ª serie 1ª estampa;

Do Banco Emissor do Sul: de 200\$, 100\$, 50\$, e 10\$, de base de apolices, carimbados sobre notas do Thesouro;

Do Banco União de S. Paulo: de 500\$, 200\$, 50\$, 20\$ e 10\$ de base de apolices;

Do Banco Nacional do Brazil: de 500\$, 200\$, 20\$ e 10\$, de espampas proprias, 200\$, em ouro e á vista, de 100\$ todas de base metal-

lica, carimbadas sobre notas do Thesouro; e de 100\$, da 1ª e 2ª séries, parte carimbados pelo antigo Banco da Republica;

Do Banco do Brazil: de 500\$, 200\$, 100\$, 50\$, 20\$ e 10\$, de base metallica;

Do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil: de 500\$, 200\$, 100\$, 50\$, 30\$, 20\$ e 10\$, de base metallica, e 200\$, 50\$, 20\$ e 10\$, de base de apolices;

Do Banco da Republica do Brazil: emissão provisoria de 500\$, 200\$, 100\$, 50\$, 30\$ e 10\$, de base metallica e 200\$, 50\$, 20\$ e 10\$, de base de apolices, todas sobre bilhetes do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Declaro-se que os bilhetes de base metallica levam a chancela do thesoureiro desta repartição, Antonio Arnaldo Vieira da Costa.

As pessoas que possuirem taes bilhetes devem apresentar-os no Banco da Republica do Brazil desta Capital, e nas suas agencias nos Estados da União, para serem trocados, sob pena de perderem o seu valor, nos termos do art. 45 do decreto n. 10.262 de 6 de julho de 1889 e do decreto n. 105 de 17 de janeiro de 1890, art. 1º § 14, si os não apresentarem ao troco dentro do dito prazo.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1895. — O inspector, M. A. F. Trigo de Loureiro.

Alfandega do Rio de Janeiro

EDITAL DE PRAÇA N. 19 (2ª MESA)

Pela inspeccoria da Alfandega do Rio de Janeiro, se faz publico que no Armazem de Consumo, no dia 15 de maio de 1895, ao meio-dia, se hão de arrematar, livros de direitos, as mercadorias seguintes, cujas amostras podem desde já ser examinadas pelos Srs. interessados:

Lote n. 1

Sem marca: 1 caixa, sem numero, contendo roupas usadas e diversas miudezas, vinda de Genova no vapor italia no *Adria*, descarregada em 17 de abril de 1890.

Sem marca: 2 ditas, contendo roupas usadas, e livros usados, da mesma procedencia, no vapor italiano *Carlos R.*, descarregadas na mesma data.

Sem marca: 1 dita, sem numero, vasia, da mesma procedencia, no vapor italiano *Carloa R.*, descarregada na mesma data.

Lote n. 2

Marca F: 1 caixa, n. 9, contendo cartazes de mais de uma cor, pesando bruto 97 kilos, vinda do Rio da Prata no vapor inglez *Oroctava*, descarregada em 17 de abril de 1890.

Lote n. 3

Lettreiro Alexandre & C: 1 caixa, sem numero, contendo roupas usadas, vinda do Rio da Prata no vapor inglez *Oroctava*, descarregada em 17 de abril de 1890.

Lettreiro E. Wille: 1 dita, sem numero, contendo roupas usadas e diversas miudezas, vinda de Bremen no vapor allemão *Ohio*, descarregada em 23 de abril de 1890.

Marca AC: 1 dita, sem numero, contendo roupas usadas, vinda do Rio da Prata no vapor *Magdalena*, descarregada em 7 de abril de 1890.

Lote n. 4

Lettreiro A. Cataneo: 1 caixa sem numero contendo estampas para cartazes, pesando bruto 45 kilos, vinda do Rio da Prata no vapor inglez *Elbe*, descarregada em 23 de abril de 1890.

Sem marca: 1 caixa sem numero, contendo 18 garrafas com agua mineral pesando liquido 6 kilos, vinda de Marselha, no vapor francez *Bourgogne*, descarregada em 26 de abril de 1890.

Lote n. 5

Sem marca: 1 cadeira usada, sem numero, vinda de Bordeaux, no vapor francez *Equateur*, descarregada em 10 de abril de 1890.

Sem marca: 1 dita sem numero, vinda de Southampton, no vapor inglez *Strabo*, descarregada em 15 de abril de 1890.

Lote n. 6

Sem marca: 1 sofá de vime sem numero, da mesma procedencia, vapor e descarga.

Sem marca: 1 cadeira usada sem numero, da mesma procedencia, vapor e descarga.

Lote n. 7

Sem marca: 1 dita idem sem numero, da mesma procedencia, vapor e descarga.

Sem marca: 2 ditas idem sem numero, da mesma procedencia o vapor, e descarregadas na mesma data.

Lote n. 8

Lettreiro Augusto G. Castro: 1 cadeira usada sem numero, vinda de Bordeaux, no vapor francez *Equateur*, descarregada em 8 de abril de 1890.

Sem marca: 1 dita idem, sem numero, vinda de Southampton no vapor inglez *Strabo* descarregada em 15 de abril de 1890.

Sem marca: 1 dita idem, sem numero, da mesma procedencia, no vapor inglez *Magdalena*, descarregada em 7 de abril de 1890.

Sem marca: 1 cama de lona, sem numero, usada, vinda de Liverpool, no vapor italiano *Adria*, descarregada em 20 de abril de 1890.

Lote n. 9

Lettreiro Alves Machado: 1 cadeira usada, sem numero.

Lettreiro José Augusto Reis: 1 dita idem, sem numero, vinda de Bordeaux, no vapor francez *Equateur*, descarregada em 8 de abril de 1890.

Lote n. 10

Lettreiro Halfeld: 1 cadeira usada, sem numero, vinda de Hamburgo, no vapor allemão *Porto-Alegre*, descarregada em 28 de junho de 1890.

Sem marca: 1 dita idem, sem numero, vinda de Southampton no vapor inglez *Strabo* descarregada em 15 de abril de 1890.

Sem marca: 1 banco de lona usado, sem numero, vinda do Rio da Prata no vapor francez *La Plata*, descarregado em 10 de abril de 1890.

Lote n. 11

Sem marca: 1 cadeira sem numero, usada; vinda de Southampton, no vapor inglez *Strabo*, descarregada em 15 de abril de 1890.

Sem marca: 1 malinha de mão, contendo caixas vasia para joias, pesando 2 kilos; da mesma procedencia, no vapor inglez *Elbe*, descarregado em 4 de maio de 1890.

Sem marca: 1 volume sem numero, contendo duas pelles de cabra, usadas; vindo da mesma procedencia, no vapor inglez *Magdalena*, descarregado em 7 de maio de 1890.

Lote n. 12

Sem marca: 1 volume sem numero, contendo lenços de morim estampado, pesando liquido 900 grammas: vindo de Bremen, no vapor allemão *Ohio*, descarregado em 23 de maio de 1890.

Lettreiro Luiz Ducci: 3 taboas sem numero, usadas, vindas do Rio da Prata no vapor francez *Brasil*, descarregadas em 1 de março de 1890.

Lote n. 13

Sem marca: 1 carro n. 117, estragado e muito usado; da mesma procedencia, vapor e descarga.

Sem marca: 1 caixa sem numero, contendo roupas; vinda de Bordeaux, no vapor francez *Bourgogne*, descarregada em 26 de abril de 1890.

Lote n. 14

Marca MSD: 1 caixa sem numero, contendo trem de cozinha, usado; vinda de Hamburgo, no vapor allemão *Olinda*, descarregada em 12 de abril de 1890.

Sem marca: 1 bahu sem numero, contendo 1 bussola de agrimensor com oculo, nivel e meio circulo; cartuxos de papellão, vasiaos, pesando bruto 4 kilos, e roupas usadas; ignora-se a procedencia.

Lote n. 15

Marca EHC : 1 mala, sem numero, contendo roupas usadas, vinda de Southampton no vapor inglez *Trent*, descarregada em 29 de maio de 1890.

Sem marca : 1 dita idem idem, sem numero, vinda de Lisboa, no vapor portuguez *Malange*, descarregada em 22 de maio de 1890.

Sem marca : 1 mala, sem numero, contendo roupas usadas, ignora-se a procedencia e vapor, descarregada em 22 de maio de 1890.

Marca AS : 1 caixa, sem numero, contendo roupas usadas, vinda do Rio da Prata, no vapor *La Plata*, descarregada em 21 de junho de 1890.

Lote n. 16

Marca MC : 1 caixa, sem numero, contendo roupas usadas e diversas miudezas, vinda de Genova, no vapor italiano *M. Bruzzo*, descarregada em 6 de junho de 1890.

Sem marca : 1 dita, sem numero, contendo roupas usadas, vinda de Liverpool, no vapor inglez *Magdalena*, descarregada em 11 de junho de 1890.

Sem marca : 1 bañii idem idem, vindo de Bordeaux, no vapor francez *Orenoque*, descarregado em 10 de junho de 1890.

Sem marca : 1 caixa, sem numero, vasia, da mesma procedencia, no vapor francez *North*, descarregada em 12 de junho de 1890.

Lote n. 17

Marca LB & C : 1 caixa, n. 139, contendo espoletas em cartuchos carregados de chumbo pesando bruto 37 kilos, ignora-se a procedencia e vapor, descarregada em 12 de junho de 1890.

Sem marca : 1 dita, sem numero, contendo roupas usadas, vinda do Havre, no vapor francez *La France*, descarregada na mesma data.

Lote n. 18

Marca ATS : 2 caixas sem numero, contendo 15 garrafas com vinho não especificado pesando liquido 10 kilos e meio, vindas do Rio da Prata, no vapor francez *Portugal*, descarregadas em 10 de junho de 1890.

Sem marca : 1 banco de lona sem numero, usado, vindo de Bordeaux, no vapor francez *Orenoque*, descarregado em 9 de junho de 1890.

Lote n. 19

Sem marca : 1 caixa sem numero, contendo roupas usadas e diversas miudezas, vinda de Bordeaux, no vapor francez *La Plata*, descarregada em 21 de junho de 1890.

Lote n. 20

Sem marca : 1 cadeira de lona sem numero, usada, vinda do Rio da Prata, no vapor francez *Portugal*, descarregada em 10 de junho de 1890.

Sem marca : 1 cadeira de abrir sem numero, usada, vinda de Bordeaux, no vapor francez *La Plata* descarregada na mesma data.

Sem marca : 1 cestinha de mão sem numero, vasia, usada, vinda de Southampton, no vapor inglez *Magdalena*, descarregada na mesma data.

Lote n. 21

Lettreiro *Crashly & Comp.* : 1 pacote contendo obras impressas de mais de uma cor, pesando bruto 1 kilo e 600 grammas, vindo de Southampton, no vapor inglez *Magdalena*, descarregado em 19 de junho de 1893.

Lote n. 22

Marca CF : 1 dito n. 54, contendo amostras de fazendas de algodão; vindo de Hamburgo, no vapor allemão *Olinda*, descarregado em 26 de junho de 1893.

Lettreiro *Oscar Heinselman* : 1 dito, contendo jornaes, pesando 5 kilos; vindo de Bordeaux, no vapor francez *Eguateur*, descarregado em 27 de junho de 1893.

Lote n. 23

Lettreiro *Dr. Mallet* : 1 caixa, contendo 11 mamadeiras completas, vinda do Havre, no vapor francez *Campana*, descarregada em 1 de julho de 1893.

O mesmo lettreiro : 1 caixa, contendo oito ditas, idem, da mesma procedencia, vapor e descarga.

Lote n. 24

Lettreiro *M. M. & C* ou *Mattos Maia & C* : 1 pacote, n. 117, contendo varias amostras, vindo de Liverpool, no vapor inglez *Garrich*, descarregado em 3 de julho de 1893.

Lote n. 25

Marca *LM&C* : 1 pacote, n. 15, contendo amostras de botões, vindo de Hamburgo no vapor allemão *Ceará*, descarregada em 3 de julho de 1893.

Lettreiro *Carlos FAGM&C* : 1 pacote contendo quatro transparentes de algodão, pesando 1 kilo, da mesma procedencia, vapor e descarga.

Lote n. 26

Marca *SMCH* ou *GPC&C* : 1 pacote ns. 383/85, contendo amostras de riscado, vindo de Hamburgo no vapor allemão *Cintra*, descarregado em 10 de julho de 1893.

Marca *LN&C* : 1 caixa, n. 1590 bis, contendo amostras de fazendas de seda, vinda de Bordeaux, no vapor francez *Orenoque*, descarregada na mesma data.

Lote n. 27

Marca *LF* : 1 caixa, n. 228, contendo placas de ferro batido, esmaltados, pesando 65 kilos vindos de Bordeaux, no vapor francez *Orenoque*, descarregado em 10 de julho de 1893.

Lote n. 28

Lettreiro *J. R. Sucena & C* : 1 pacote, contendo amostras de fazendas de lã, vinda de Bordeaux no vapor francez *Orenoque*, descarregado em 1893.

Lettreiro *Simons Mackinlay & C* ou *SCS* : 1 dito, ns. 277/88, contendo ditas de brim de algodão, vindo de Liverpool, no vapor inglez *Herschel*, descarregado em 15 de julho de 1893.

Lote n. 29

Lettreiro *Hermann Rudger* : 1 caixa n. 8.211, contendo jornaes illustrados, pesando 16 kilos e 700 grammas, vinda de Hamburgo no vapor allemão *Curityba*, descarregada em 15 de julho de 1893.

Lote n. 30

Lettreiro *Dr. Alaliba de Gomensoro* : 1 pacote com uma placa de ferro batido, pintada, pesando 5 kilos e 300 grammas, vindo de Valparaiso no vapor inglez *Aconagua*, descarregado em 17 de julho de 1893.

Lote n. 31

Lettreiro *Magalhães* : 1 caixa contendo quatro garrafas com licore, pesando liquido 2 1/2 kilos, vinda do Havre no vapor francez *Ville de Rosario*, descarregado em 17 de julho de 1893.

Lettreiro *M. Nunes & Comp.* : 1 pacote com amostras de fazendas, vindo de Liverpool no vapor inglez *Rosie*, descarregado na mesma data.

Lettreiro *Levering & Comp.* : 1 pacote contendo frascos com amostras de oleos, vindo de Nova-York, no vapor allemão *Catania*, descarregado em 18 de julho de 1893.

Marca *FBS&C* : 1 pacote com amostras de fazendas, vindo de Liverpool no vapor inglez *Herschel*, descarregado em 15 de julho de 1893.

Lote n. 32

Sem marca : 1 mala, sem numero, contendo roupa usada, vinda de Hamburgo no vapor allemão *Argentina*, descarregada em 26 de julho de 1893.

Marca *PB&C* : 1 pacote n. 102/9, com amostras de brims, da mesma procedencia, vapor e descarga.

Lote n. 33

Marca *U&R* : 1 pacote, contendo amostras de tapetes, vindas de Hamburgo, no vapor allemão *Argentina*, descarregado em 26 de julho de 1893.

Lettreiro *SC&C* ou *Simons—M. Kinlay* : 1 dito n. 289/90, com ditas de brim de algo-

dão, vindo de Liverpool no vapor inglez *Thundel*, descarregado em 29 de julho de 1893.

Lote n. 34

Marca *SN&C* : 1 pacote contendo amostras de oleados, vindo de Hamburgo, no vapor allemão *Idparica*, descarregado em 29 de julho de 1893.

Lettreiro *J. M. Miranda* : 1 dito, contendo rotulos de mais de uma cor, pesando bruto 2 kilos e 600 grammas, vindo de Valparaizo, no vapor inglez *Aconagua*, descarregado em 17 de julho de 1893.

Lettreiro *Wilson & C.* : 1 dito com amostras de assucar.

Lettreiro *A. Schut & C.* : 1 dito, idem de fazendas.

Alfandega do Rio de Janeiro, 1 de maio de 1895. — O inspector, *H. Alonso Baptista Franco*.

Alfandega do Rio de Janeiro

EDITAL COM PRAZO DE 30 DIAS

Pela inspectoría desta alfandega, se faz publico que, achando-se as mercadorias contidas nos volumes abaixo mencionados, no caso de serem arrematadas para consumo, os seus donos ou consignatarios deverão despachal-as e retiral-as no prazo de 30 dias, sob pena de findo este serem vendidas por sua conta nos termos do tit. 5.º cap. 5.º da *Consolidação das Leis das Alfandegas* sem que lhes fique direito de allegar contra os effeitos desta venda.

Armazem n. 3—Sem marca : 1 caixa sem numero, vinda de Liverpool no vapor inglez *Coprnicia*, descarregado em 8 de maio de 1894. Não consta do manifesto.

Marca *B—D—B* : 1 dita n. 3.635A, vinda de Hamburgo, no vapor allemão *Petrofolis*, descarregado em 28 de maio de 1894, consignado á ordem.

Marca *SAPF* : 1 dita n. 23, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregado em 29 de maio de 1894, consignado a *Carl Noelleur*.

Marca *HSC* : 1 dita n. 5.249 (5247), descarregado em 2 de junho de 1894, vinda da mesma procedencia e no mesmo vapor acima, consignado a *Hermann Stol & Comp.*

Marca *G* : 1 barrica n. 8.535, vinda de Antuerpia no vapor inglez *J. W. Saylor*, descarrega em 11 de maio de 1894, consignada a *Dias Garcia & Comp.*

Marca *PSM* : 1 caixa n. 6, vinda de Liverpool, no vapor inglez *Bellucia*, descarregado em 13 de maio de 1894, consignado a *Pereira da Silva Martins*.

Marca *PSM* : 1 caixa n. 7, vinda de Liverpool, no vapor inglez *Bellucia* descarregado em 13 de junho de 1894, consignado a *Pereira da Silva Martins*.

Marca *AM* : 1 fardo n. 2, vindo da mesma procedencia e no mesmo vapor, descarregado em 18 de junho de 1894 e consignado a *Quayle Davidons*.

Marca *PSM* : 1 caixa n. 5, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor e descarregada na mesma data, consignada a *Pereira da Silva Martins*.

Marca *COC* : 1 caixa n. 32, vinda de Genova, no vapor italiano *Rosario*, descarregado em 13 de julho de 1894, consignado a *Cardoso & Comp.*

Marca *HK—B* : 1 caixa n. 1, vinda de Nova-York, no vapor inglez *Mex Prince*, descarregado em 18 de julho de 1894, e consignado á ordem.

Sem marca, ou *RE* : 1 dita n. 1 dita, sem numero, vinda de Nova-York, no vapor inglez *Mex Prince*, descarregado em 18 de julho de 1894, não consta do manifesto.

Marca *AAC* : 1 caixa n. 124, vinda de Marselha no vapor norueguense *Hussell*, descarregado em 6 de agosto de 1894, consignado a *Avenier & Comp.*

Marca *AVR* : 1 dita, sem numero, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor e consignada á ordem.

A mesma marca: 1 dita, sem numero, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor, e descarregada na mesma data, não consta do manifesto.

Marca JN—L: 1 caixa vinda de Nova-York no vapor inglez *Coleridge*, descarregado em 8 de agosto de 1894, e não consta do manifesto.

Marca CC—689: 1 dita n. 7.008, vinda da mesma procedencia, no vapor inglez *Carton*, descarregado em 14 de agosto de 1894, consignada á ordem.

A mesma marca: 1 dita n. 7.009, vinda da mesma procedencia no mesmo vapor inglez, descarregado na mesma data, e consignado á ordem.

A mesma marca: 1 dita n. 17.007, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor inglez, descarregado na mesma data e consignada á ordem.

Marca FMB—FB: 1 dita n. 3.511, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregado na mesma data e consignada a F. M. Brandão

A mesma marca: 1 dita n. 3.512, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor e descarregado na mesma data e consignada a F. M. Brandão.

Marca AJSBJ—RPM: 1 dita, vinda da mesma procedencia no vapor, descarregada em 16 de agosto de 1894, e consignada a A. J. da Silva Braga.

Sem marca: 1 dita, vinda da mesma procedencia e no mesmo vapor, descarregado em 17 de agosto de 1894; não consta do manifesto.

Marca AM; 1 fardo n. 63, vindo da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregado em 18 de agosto de 1894, consignado á ordem.

Marca CI: 1 caixa n. 646, vinda de Nova York, descarregada do vapor inglez *Caxton*, em 18 de agosto de 1894, e consignada a Cruz Irmão & Comp.

Marca CRC: 1 dita n. 9.504, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregada na mesma data e consignada a Cardoso Rangel & Comp.

A mesma marca: 1 dita n. 9.505, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregada na mesma data e consignada ao mesmo.

Marca C&C—680: 1 dita n. 7.012, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregada na mesma data, á ordem.

A mesma marca: 1 dita n. 7.013, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregada na mesma data e consignada á ordem.

A mesma marca: 1 dita n. 7.016, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregada na mesma data e consignada á ordem.

Lettreiro M. Lourenço de Almeida, ou X: 1 dita, sem numero, vinda da mesma procedencia, no mesmo vapor, descarregada na mesma data e consignada á ordem.

Marca QQ: 1 dita, sem numero, vinda do Havre, no vapor francez *Ville de Montevideo*, descarregada em 30 de agosto de 1894; não consta do manifesto.

Alfandega da Capital Federal, 10 de maio de 1895.—O inspector, H. Alonso B. Franco.

Quinta da Boa-Vista

ARRENDAMENTO DOS PREDIOS EDIFICADOS NO PROPRIO NACIONAL

Em cumprimento do despacho do Sr. Ministro da Fazenda de 5 do corrente declaro que na directoria de rendas do Thesouro Federal aceitam-se propostas em carta fechada, dentro do prazo de 60 dias a contar da data deste edital, para o arrendamento dos predios sitos na Quinta da Boa-Vista e constantes da relação abaixo, com as condições seguintes:

1ª, o arrendamento será por prazo que não exceda a 9 annos;

2ª, as propostas podem comprehender um e mais predios, devendo em todo o caso o proponente declarar a oferta relativa a cada predio;

3ª, o arrendatario obrigar-se-ha a fazer os concertos de que carecerem os mesmos predios, de accordo com o orçamento feito pela direcção de obras do ministerio da fazenda, que poderá ser examinado pelo pretendente, na directoria de rendas;

4ª, os predios que conforme o mesmo orçamento devem ser reconstruidos, o serão pelo arrendatario;

5ª, dentro do prazo de 6 mezes, a contar da data da assignatura do contracto do arrendamento, apresentará o arrendatario ao ministerio da fazenda o projecto das reconstruções que tiver de fazer, o ficará obrigado a levar a effeito todas as obras de reconstrução e concertos dentro do prazo de um anno a contar da data em que for approvedo o projecto alludido.

Directoria das Rendas Publicas, 11 do março de 1895.—Servindo de director, F. J. da Cunha.

Rua Primeira; placas: 2, 2 A, 4, 14 e 26.
Rua Quarta; placas: 9, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31 e 33.

Rua Quinta; placas: 9, 9 A, 9 B, 9 C, 9 D, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 30 A, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45.

Rua Sexta; placas: 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 24 A, 24 B, 24 C, 24 D, 26.

Rua Setima; placas: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24.

Rua Oitava; placas: 1, 1 A, 2, 3 e 4.

Becco da rua (Setima); placas: 1, 3 e 5.

Rua Sant'Anna; placas: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59.

Parques; placas: 2, 2 A, 4, 5 e 7.
São Christovão; placas: 223 e 225.
Duque de Saxo; placas: 14 e 16.

A casa da rua Duque de Saxo n. 16 tem como pertencendo a ella uma cocheira, e uma pequena casa junto ao portão.

Sub-Directoria das Rendas Publicas, 11 de março de 1895.—servindo de sub-director, Francisco Augusto de Atayde.

Fazenda Nacional do Santa Cruz

ARRENDAMENTO DE TERRENOS

Tendo sido concedido a João Pereira de Lemos Torres, por despacho do Sr. ministro da fazenda, de 9 de fevereiro de 1892, o arrendamento de quatro alqueires de terras situadas no lugar denominado Cortume, na referida fazenda, o não tendo sido satisfeitas as condições impostas no contracto do mesmo arrendamento, fica por este convidado o concessionario a declarar nesta directoria si aceita ou não aquellas condições, sob pena de nullidade do alludido contracto.

Directoria das Rendas Publicas, 9 de maio de 1895.—Francisco José da Cunha.

Intendencia da Guerra

HABILITAÇÃO

Tendo-se brevemente de annunciar o recebimento de propostas para o fornecimento de diversos artigos durante o 2º semestre do anno de 1895, de ordem do Sr. general intendente convidado ás pessoas que o queiram fazer, a habilitar-se previamente na secretaria desta repartição, na forma do regulamento em vigor.

Para aquellas que já se acham habilitados bastará exhibir em requerimento dirigido ao conselho de compras, o bilhete de imposto pago no Thesouro Federal, relativo ao ultimo semestre.

Intendencia da Guerra, 8 de maio de 1895.—O secretario, A. B. da Costa Aguiar.

Intendencia da Guerra

CONCURSO PARA AMANUENSE

Em cumprimento do aviso do Ministerio da Guerra, de 2 do corrente, o Sr. general intendente manda fazer publico que, no dia 8 de junho proximo futuro, terá lugar, nesta repartição, o concurso para preenchimento de uma vaga de amanuense, ficando por isso aberta a inscripção nesta secretaria, até ao dia 5 do mesmo mez.

Os pretendentes deverão instruir suas petições com folha corrida e outros documentos que provem bom comportamento e a idade de 18 annos, pelo menos, ou simplesmente com attestados dos respectivos chefes, os que já forem empregados publicos, podendo entretanto juntar quaesquer outros documentos que mostrem suas habilitações e serviços.

As materias exigidas são: portuguez, traducção das linguas franceza e ingleza, arithmetica até proporções inclusive, redacção official, conforme determina o aviso de 21 do abril de 1884.

Secretaria da Intendencia da Guerra, 4 do maio de 1895.—O secretario, A. B. da Costa Aguiar.

Administração dos Correios do Districto Federal e estado do Rio de Janeiro

4ª CONCURRENCIA PARA O SERVIÇO DE CONDUÇÃO DE MALAS

De ordem do Sr. administrador, faço publico que nesta repartição serão recebidas até 20 do corrente, propostas para o serviço de condução de malas das seguintes linhas, durante o presente exercicio, e nas mesmas condições estipuladas nos editaes passados:

Rodeio a Sacra Familia do Tinguá, diariamente.

Pantano a Porto Velho do Cunha, diariamente.

Barra do Itabapoama a S. Francisco de Paula de Cacimbas, 10 vezes por mez.

Entroncamento a Maricá (toda a linha ferrea de Maricá), diariamente.

Tanguá ao Rio Secco, diariamente.

Sapeatiba a S. Vicente de Paulo e a Campos Novos (não se admitte outro itinerario), diariamente.

N. B.—As propostas serão abertas no dia 22.

1ª secção da administração, 9 de maio de 1895.—O ajudante do administrador, Luis M. de Serqueira Braga.

Prefeitura do Districto Federal

DIRECTORIA DE FAZENDA

Paga-se hoje a folha dos adjunctos.

1ª secção de Fazenda Municipal, 11 de maio de 1895.—O 1º escripturario, Antonio dos Santos Neves.

SUB-DIRECTORIA DO PATRIMONIO

7ª secção

De ordem do director interino de fazenda, faço publico, para conhecimento dos interessados, que a Companhia Luz Stearica requereu titulo de aforamento dos terrenos accrescidos e accrescidos á praia das Palmeiras, correspondentes ao n. 405 da rua de S. Christovão. De accordo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1888, convidado a todos aquellos que forem contrarios a essa pretensão a apresentarem-se nessa repartição, no prazo de 30 dias, com documentos que provem seus direitos, findo o qual a nenhuma reclamação se attenderá, resolvendo-se como for de direito.

Sub-Directoria do Patrimonio, 8 de maio de 1895.—Arthur Augusto Machado, chefe de secção interino.

Prefeitura do Districto Federal

AFERIÇÃO

De ordem do cidadão director interino da fazenda da Prefeitura do Districto Federal, previne-se aos interessados que o prazo para aferição e revista de pezos, medidas e balanças das casas commerciaes da freguezia de Sant'Anna começou a 1 e termina no dia 31 do corrente, incorrendo na multa de trinta mil réis (30\$) aquelles que deixarem de se apresentar no prazo indicado para satisfação daquella exigencia da lei.

Sub-Directoria de Rendas, 5ª secção, 1 de Maio de 1895.—Pelo sub-director, o chefe Antonio Trovão.

Freguezia do Espirito Santo

QUALIFICAÇÃO DE GUARDAS NACIONAES

Ignacio Von Doellinger, tenente-coronel-commandante do 7º batalhão de infantaria da guarda nacional, tenente-coronel honorario do exercito e presidente do conselho de qualificação da freguezia do Espirito Santo.

Faz saber, que no dia 19 do corrente, ás 9 horas da manhã, á rua Frei Caneca n. 306, se reunirá o conselho de qualificação para o serviço activo e da reserva da guarda nacional, e para esse fim convida o Sr. Dr. juiz da 9ª pretoria, que tem de assistir os trabalhos do conselho. Outrosim, deverão comparecer os seguintes membros nomeados em ordem do dia n. 70 do commando superior, Srs. major honorario Fernando Louzada Marçal e capitão Izidro da Rocha Porto, do 7º batalhão; 1º tenente do regimento de artilharia Carlos Bello de Andrade e tenente-coronel honorario do 2º regimento de cavallaria Frederico José dos Santos Rodrigues.

Capital Federal, 10 de maio de 1895.—Tenente-coronel Ignacio Von Doellinger, presidente.

1º districto do Engenho Novo

AGENCIA DA PREFEITURA

De ordem de cidadão Pedro Augusto da Costa Velho, agente deste districto, faço publico que achase depositada á rua Dr. Garnier n. 2 (cocheira e ferrador) uma besta pello de rato, apprehendida em uma chacara. Quem for seu dono, queira reclamá-la, pagando a multa e mais despesas, no prazo de 8 dias a contar desta data. Findo o referido prazo será vendida em hasta publica ás portas desta agencia á rua D. Anna Nery n. 138, ás 10 horas do dia 15 do corrente mez, para pagamento da multa e mais despesas.

Agencia do 1º districto do Engenho Novo, 8 de maio de 1895.—O escrivão, João Rego do Amaral.

EDITAES

De praça com o prazo de 20 dias para venda e arrematação dos bens penhorados á viuva e herdeira do Dr. José Figueiredo de Andrade no executivo hypothecario que lhes move o Banco Hypothecario do Brazil, na fórmula abaixo

O Dr. Manoel Barreto Dantas, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital de praça com o prazo de 20 dias virem, em como por parte do Banco Hypothecario do Brazil foi-lhe dirigida a petição do teor seguinte: Exm. Sr. Dr. Barreto Dantas—Diz o Banco Hypothecario do Brazil, na acção executiva que move á viuva e á herdeira do Dr. José Figueiredo de Andrade, que, tendo passado em julgado o acórdão que subsistente a penhora, precisa que V. Ex. mande pôr em hasta publica os immoveis hypothecados, servindo de base para ella a avaliação constante do contracto, conforme dispõem o art. 14, § 11 do decreto n. 169 A de 19 de janeiro de 1890 e o regulamento n. 370 de 2 de maio do mesmo anno no art. 392. Por isso requer que V. Ex. mande passar os respectivos edi-

taes. Pede deferimento. Capital Federal, 6 de maio de 1895. P. P.—Gustavo Galvão. Estavam colladas duas estampilhas no valor de 220 réis inutilizadas. Em cuja petição proferiu o despacho do teor seguinte: Sim. Rio, 6 de maio de 1895.—Barreto Dantas. E em virtude deste despacho se passou o presente pelo teor do qual o porteiro dos auditorios trará a publico pregão de venda e arrematação em praça deste juizo, no dia 4 de julho proximo, ás portas do edificio da rua da Constituição n. 47, ás 10 1/2 horas da manhã, a quem maior lance offerecer sobre o preço da avaliação de 94:000\$, constante da escriptura de hypotheca, os bens seguintes: predios sitos á rua Santa Christina ns. 59, 61, 63, 65, 67 e 69, districto da freguezia de Nossa Senhora da Gloria, desta Capital Federal, cuja descripção é a seguinte: o de n. 59, construido no meio e á frente de um vasto terreno, parte plano e parte em morro, de construcção solida, comquanto antiga, reclamando obras de conservação; feito sobre paredes de pedra e cal, com divisões de tijolo; tendo de frente 13m,50 e de fundos 19m,30, constando de pavimento terreo e sotão, o pavimento terreo dividido em tres salas, duas saletas, sala do jantar, tres quartos, uma saleta com escada para o sotão, copa e cozinha; o sotão em duas salas e dous quartos. Tendo no pavimento terreo cinco janelas de peitoril e uma porta na frente, cinco janelas e uma porta de um lado, quatro janelas de outro e uma porta e uma janella ao fundo, todas com portadas de madeira de lei, com dous annexos contendo banheiros, commodos para criados, cocheiras, etc. O terreno mede (pela rua de Santa Christina) 78 metros, indo os fundos dessa rua até á rua Francisco Guimarães, medindo por essa rua 213m,90, com plantações de café, arvores frutíferas, madeira de lei, agua nascente e outras beaufeitórias, tendo ainda na parte plana da frente uma parte ajardinada. O de n. 61, terreo, de pedra e cal, construcção antiga e mal conservado, edificado em uma chapada, no alto da montanha, com 9m,15 de frente, tendo tres janelas e uma porta guarnecidas de madeira dividida em duas salas, quatro quartos, despensa e cozinha, e terreno dos fundos acompanhando a encosta da montanha. O de ns. 63 e 65, também terrees, de construcção do precedente e com iguaes divisões, medindo de frente cada um 6m,75, com duas janelas e uma porta, guarnecidas de madeira. O de n. 67, terreo, em seguimento dos precedentes, construcção identica, com 10 metros de frente, tendo tres janelas e uma porta, guarnecidas de madeira e dividido em diversos commodos, com terrenos nos fundos. E finalmente o de n. 69, ainda terreo, da mesma construcção dos outros, com 9m,45 de frente, com tres janelas e uma porta, dividido em diversos commodos para morada e com terreno nos fundos. Cujos bens vão á praça para pagamento de uma divida hypothecaria na importancia de 93:077\$260, como tudo consta dos respectivos autos. E para constar mandou passar o presente e mais dous de igual teor que serão publicados e afixados na fórmula da lei. Dado e passado nesta Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil aos 9 de maio de 1895. Eu, Francisco de Borja de Almeida Corte Real, escrivão, o subscrevi.—Manoel Barreto Dantas.

3ª Pretoria

De citação com o prazo de 20 dias

O Dr. Enéas Galvão, juiz da 3ª pretoria da Capital Federal, etc.

Faço saber a Francisco Romero Latie que, estando sendo processado por este juizo, pelo crime previsto no art. 377 do código penal, achase designado o dia 31 do corrente, ás 12 horas do dia, na sala das audiencias deste juizo, para ter logar o summario no dito dia, hora e local designados, a fim de assistir o mesmo, sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro aos 9 de maio de 1895. E eu, José Balduino de Albuquerque, escrivão, que o subscrevi.—G. Galvão.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos corretores de Fundos publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

Praças	90 d/v	d vista
Sobre Londres.....	9 1/8	8 31/32
► Pariz.....	1.078	1.073
► Hamburgo...	1.306	1.327
► Italia.....	—	1.022
► Portugal.....	—	476
► Nova York..	—	5.650
Solbranos.....	26\$300	

CURSO OFFICIAL DE FUNDOS PUBLICOS E PARTICULARES

Apolices

Apolices do Emprestimo Nacional de 1895, integ.....	933\$000
Apolices geraes de 1:000\$, de 5 %.....	959\$000
Ditas convertidas de 1:000\$000, de 4 %.....	1:242\$000

Bancos

Banco Sul Americano.....	2\$500
Dito Constructor do Brazil.....	14\$000
Dito da Republica do Brazil, c/50 %.....	72\$000
Dito idem, integ.....	158\$500

Companhias

Comp./Construcções Urbanas, c/50 %.....	4\$500
Dita Centros Pastoris do Brazil, c/30 %.....	20\$000
Dita Melhoramentos em S. Paulo	36\$500

Debentures

Debs. da E. de Ferro Leopoldina, de 100\$, de 4 %.....	19\$000
Ditos da Sorocabana.....	60\$000
Ditos Tecidos Carioca, 2ª serie.	203\$000

Lettras

Lettras do Banco Predial.....	55\$000
-------------------------------	---------

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1895.— J. Claudio da Silva, syndico.

Ultima cotação dos fundos publicos

Apolices do Emprestimo Nacional de 1868.....	2:300\$000
Ditas idem de 1879.....	2:050\$000
Ditas idem de 1889.....	1:600\$000
Ditas integ. idem de 1895.....	933\$000
Ditas idem de 1895, c/10 %.....	955\$000
Ditas convert. de 1:000\$, de 4 %	1:242\$000
Ditas idem, miudas, de 4 %.....	1:235\$000
Ditas geraes, de 1:000\$, de 5 %.....	959\$000
Ditas idem, miudas, de 5 %.....	955\$000
Ditas do Estado de Minas Geraes	1:040\$000
Ditas do Estado do Rio de Janeiro de 500\$.....	512\$500
Ditas do Estado do Rio Grande do Sul, de 500\$.....	262\$500
Ditas do Estado do Espirito Santo, de 5 %.....	945\$000
Obrigações do Estado do Espirito Santo, de 500 fr., de 5 %.....	380\$000

Rio, 10 de maio de 1895.— J. Claudio da Silva, syndico.

No exame e confronto a que procedi hontem nas notas apresentadas pelos bancos e corretores destacava-se destas uma operação á taxa de 9 1/8 d., B3/B e como não encontrasse taxa correspondente entre os boletins fornecidos pelos bancos deixei de mencioná-la no respectivo boletim official, aguardando maiores explicações do corrector que nella interveio.

Confirmando-me hoje esse corretor a exactidão da taxa que mencionou em sua nota, a qual se refere, aliás, a operação importante realizada de banco a banco, letras bancarias sobre banqueiros, deve ser por isso rectificada a taxa official do cambio bancario sobre Londres, em data de hontem, 9, que passa a ser 9 1/16 d. a 90 d/v e 8 29/32 d. a/v; e extremos bancarios 9 d. e 9 1/8.

Rio, 10 de maio de 1895. — J. Claudio da Silva, syndico.

SOCIEDADES ANONYMAS

Sociedade Anonyma Padaria Luzo-Brazileira (em liquidação)

PUBLICA-FORMA

Em meu cartorio me foi apresentado um livro de actas da Sociedade Anonyma Padaria Luzo-Brazileira, devidamente numerado em todas as suas folhas; e, desse mesmo livro, me foi apontada e pedida em publica-forma, a folhas 19, a seguinte acta:

«Acta da assemblea geral da Sociedade Anonyma Padaria Luzo-Brazileira—Aos 18 dias do mez de abril de 1895, reunidos no salão do Banco Constructor do Brazil, á rua da Quitanda n. 68, 12 accionistas representando 1.570 accões, o Sr. Barão de Santa Leocadia, membro da commissão liquidante, declara presente numero legal para funcionar a assemblea geral e declara ser esta a quarta convocação, não tendo funcionado a terceira reunião por terem comparecido sómente cinco Srs. accionistas e propõe para presidir a presente assemblea o Sr. A. C. da Rocha Medrado, indicação que foi unanimemente approvada. O Sr. Rocha Medrado, assumindo a presidencia, convidou para secretarios os Srs. Antonio Soares de Castro e Joaquim Luiz Pizarro, que tomaram assento.

Em seguida S. S. declara que a presente reunião tem por fim a apresentação do relatório da commissão liquidante da sociedade, parecer da commissão fiscal e plano de partilha para o rateio unico da liquidação da Sociedade Anonyma Padaria Luzo-Brazileira e convidou o Sr. commendador C. A. de Araujo Silva, director do Banco Constructor do Brazil, para, na qualidade de representante do mesmo banco, membro da commissão liquidante, proceder á leitura do relatório.

O Sr. commendador Araujo Silva fez a leitura do seguinte relatório:

Srs. accionistas—Em cumprimento do nosso dever e da disposição do art. 161 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, vimos dar-vos conta da liquidação da Sociedade Anonyma Padaria Luzo-Brazileira. De conformidade com a lei vigente, ao sormos empossados, pela vossa confiança, da liquidação da sociedade, fizemos dentro do prazo legal levantar o balanço do seu activo e passivo e desde logo começámos a proceder á liquidação—appensos ns. 1 e 2.

E' desnecessario historiar o estado da sociedade, quando é certo que a sua liquidação foi votada em face do estado difficil em que se achava e da impossibilidade de sua continuação, attenta a serie de razões que seria enfadonha a descreção neste acanhado relatório.

A liquidação terminou muito precariamente para os nossos interesses e por mais que fizéssemos e procurássemos para conseguir um *desideratum* mais honroso, não foi possível.

Tivemos de lutar contra a má fé de uns, com a ganancia de outros e escolhos de toda a natureza que encontramos nesta arida e ingloria tarefa. Não podemos deixar de assinalar um facto muito singular e que assás contribuiu para que a liquidação fosse ainda mais precaria:—os proprietarios das casas

occupadas pela sociedade offereceram quasi todos objecções e exigencias de desproporcionadas luvas, concertos, etc., etc., para consentirem no traspasso das casas, não attendendo a empenhos nem á razão da sociedade liquidar precariamente; assim procedendo, nos obrigaram a reduzir o saldo que se poderia liquidar.

A commissão, observando o modo de ver da assemblea geral que votou a liquidação, não sustou logo o movimento commercial da sociedade na fabricação de pão, venda deste e compra de farinha, comquanto, após, reconhecesse que o resultado da fabricação era negativo, e procurou com afin vender os contractos das casas, os utensilios e moveis destas, para assim terminar o seu mandato sem maior gravame para a liquidação.

Da demonstração que vos offerecemos, sob n. 3, vereis que o saldo a dividir é de 6:090\$350.

Entre os actos praticados pela commissão liquidante, para ultimar a liquidação, resalta o de ter passado procuração bastante ao Sr. Domingos Ribeiro da Silva, para continuar a manter o contracto do predio á rua da Saude numero—, sublocado pela sociedade em 1891 ao mesmo Sr. Ribeiro, mediante luvas de 1:500\$, para assim não perder totalmente o seu valor.

Assim procedeu, por se ter negado o proprietario a transferir para o sublocatario o arrendamento do predio

A commissão está convicta de ter cumprido o seu dever e prompta a dar-vos as explicações que necessitardes para bem aquilatardes o escrupulo e solicitude como desempenhou a commissão com que lhe honrastes.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1895.—Assignados: Pelo Banco Constructor do Brazil, C. A. de Araujo Silva.—Barão de Santa Leocadia.—Manoel Carvalho da Silva Leal.

Em seguida o Sr. Manoel Carvalho da Silva Leal, membro da commissão liquidante, fez a leitura do plano de partilha que se segue:

Liquidação da Sociedade Anonyma Padaria Luzo-Brazileira:

Banco de Crédito Real do Brazil, saldo desta conta cento e sete mil trescentos e cinco nta; Banco Constructor do Brazil, saldo desta conta cinco contos novecentos oitenta e tres mil réis, somma réis seis contos noventa mil trescentos e cinco nta.

Plano da partilha:

A liquidação final da Sociedade Anonyma Padaria Luzo-Brazileira, como acima se vê, produziu a quantia de réis seis contos noventa mil trescentos e cinco nta que, deduzida a importancia de réis setenta e oito mil quatrocentos e sessenta; para as despesas de annuncios e de empregado para copiar o relatório e seus appensos, fica reduzida a réis seis contos doze mil e noventa réis, que, dividida pelo capital realzado de réis quinhentos e setenta e dois contos quinhentos oitenta mil, constante da relação nominativa de accionistas, dá o rateio unico e final de mil e cincuenta por cento por mil 6:012,090 × 100 = 601,209,000 ÷ 572:580\$ = 1,050/1000.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1895.—Assignados: Pelo Banco Constructor do Brazil, C. A. de Araujo Silva.—Barão de Santa Leocadia.—Manoel Carvalho da Silva Leal.

O Sr. Joaquim Lopes de Vasconcellos, relator da commissão fiscal, convidada a examinar as operações da commissão liquidante e assim o plano de partilha, lê o seguinte parecer:

Convidado pela Illma. commissão liquidante da Sociedade Anonyma Padaria Luzo-Brazileira, para os fins do art. 164 do regulamento consolidando as disposições legislativas e regulamentares sobre as sociedades anonymas e que se refere o decreto n. 451, de 4 de julho de 1891, procedemos ao exame da scripturação, plano de partilha e relatório da liquidação, e, comquanto a scripturação da liquidação fosse feita por forma irre-

gular, não offerecendo por isso a clareza desejavel, somos de opinião que as contas sejam approvadas e assim o plano de partilha o relatorio.

Rio, 28 de fevereiro de 1895.—Assignados: Visconde de Carvalhoes.—A. C. Rocha Medrado.—Joaquim Lopes de Vasconcellos.

O Sr. presidente põe em discussão o relatório da commissão liquidante e assim o plano de partilha e parecer da commissão fiscal.

Não havendo quem pedisse a palavra, declara encerrada a discussão sujeitando a votos o parecer da commissão fiscal, que foi approvado unanimemente, não votando os membros das commissões liquidante e fiscal, sendo, portanto, approvadas as contas da commissão liquidante e plano de partilha por esta apresentada.

O Sr. presidente, agradecendo a honra que a assemblea lhe acabou de conferir aceitando a indicação para que dirigisse os trabalhos que se acabam de terminar, não pôde deixar de propor um voto do reconhecimento aos Srs. membros da commissão liquidante, que, sem compensação pecuniaria, tomaram a si tarefa tão pesada como a de liquidar um acervo em extremo precario e de difficil liquidação. A assemblea votou unanimemente o voto de reconhecimento. O Sr. commendador Araujo Silva agradece em nome dos membros da commissão liquidante o voto que a assemblea acaba de dar e conclue declarando que a commissão vae annunciar o rateio. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente acta.—A. C. Rocha Medrado.—Joaquim Luiz Pizarro.—Antonio Soares de Castro.—Barão de Santa Leocadia.—Pelo Banco Constructor do Brazil, C. A. de Araujo Silva.—Manoel Carvalho da Silva Leal.—Joaquim Lopes de Vasconcellos.—João José Moreira.—João Baptista de Mello.—Francisco Gonçalves Vieira.—Adriano Gonçalves.—Visconde de Carvalhoes.» Era isto o conteúdo da acta que me foi apontada em o livro já ao principio declarado, a que me reporto, de cujo teor fielmente fiz extrahir a presente publica-forma, que confieri, subscreevo e assigno em publico e raso. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1895.—E eu, Antonio Joaquim de Cantanheda Junior, escrivão, que subscreevi e assigno em publico e raso.—Antonio Joaquim de Cantanheda Junior.

ANNUNCIOS

Monte de Socorro

De conformidade com a resolução do Exm. conselho fiscal em sessão de 7 do corrente mez, são convidadas os mutuários das cauteias abaixo indicadas vir receber os saldos provenientes da venda de seus penhores no lãilho effectuado a 25 do mez proximo findo a saber ns. 9876, 4292, 4590, 4621, 4653, 4661, 4698, 4699, 4709, 4744, 4759, 4782, 4796, 4821, 4937, 5046, 5172, 5244, 5245, 5246, 5298, 5326, 5330, 5166, 5174, 5501, 5587, 22, 57, 58, 196, 198, 208, 283, 335, 369, 402, 439, 497, 498, 576, 623, 719, 746, 767, 853, 878, 896, 897, 898, 970, 993, 1031, 1067, 1206 1244.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1895.—O gerente, J. A. dos Santos,

Companhia Tecidos Franco Brazileira

Não se tendo reunido numero sufficiente de Srs. accionistas, em assemblea ordinaria, convocada para 7 do corrente, são novamente convidados para comparecerem á 1 hora da tarde do dia 14 deste mez, no escriptorio da companhia, á rua da Alfandega n. 57, afim de tomarem conhecimento do parecer do conselho fiscal, relatório sobre as contas da administração relativos ao anno social findo, o eleger a commissão fiscal.

Rio, 9 de maio de 1895.—Dr. João Franklin de Alencar Lima, presidente.